



COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

PAE

PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA

PCH JURUPARÁ

[Redacted Signature]

Responsável Legal
Companhia Brasileira de Alumínio
Diretor de Energia

[Redacted Signature]

Responsável Técnica
Companhia Brasileira de Alumínio
Gerente de Segurança de Barragens

[Redacted Signature]

Coordenador do PAE
Companhia Brasileira de Alumínio
Gerente de Usina - Complexo Sorocaba

SUMÁRIO

1	SEÇÃO I – INFORMAÇÕES GERAIS DO PAE E DA BARRAGEM.....	7
1.1	APRESENTAÇÃO	7
1.1.1	Relação das Entidades com Cópia do PAE	9
1.2	OBJETIVO	9
1.3	DESCRIÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO	10
1.3.1	Descrição da barragem e estruturas associadas	10
1.3.2	Localização e acesso	16
1.3.3	Reservatório	17
1.3.4	Características hidrológicas.....	18
1.3.5	Características geológicas, topográficas e sísmicas	20
1.4	APROVEITAMENTOS NA CASCATA	21
1.5	RECURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICOS NA BARRAGEM.....	21
1.5.1	Sistema de comunicação.....	22
1.5.2	Alimentação de Energia.....	22
1.5.3	Recursos mobilizáveis em situações de emergência	22
2	SEÇÃO II – DETECÇÃO, AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AÇÕES ESPERADAS PARA CADA NÍVEL DE RESPOSTA NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA	22
2.1	DETECÇÃO E AVALIAÇÃO	23
2.1.1	Atividades de inspeção e periodicidade	23
2.2	CLASSIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E NÍVEIS DE RESPOSTA 25	
2.2.1	Indicadores Qualitativos	29
2.2.2	Indicadores Quantitativos	35
3	SEÇÃO III – PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA.....	40
3.1	NOTIFICAÇÃO E FLUXOGRAMA.....	40
3.1.1	Notificação dos agentes internos.....	41
3.1.2	Notificação dos agentes externos.....	41
4	SEÇÃO IV – RESPONSABILIDADES GERAIS DO PAE	44
4.1	RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR.....	44
4.2	RESPONSABILIDADES DO COORDENADOR DO PAE	45
4.3	RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM.....	46
4.4	RESPONSABILIDADES DAS PREFEITURAS	47
4.5	RESPONSABILIDADES DA POLÍCIA MILITAR	47
4.6	SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.....	47

4.6.1	Defesa Civil	48
5	SEÇÃO V – SÍNTESE DO ESTUDO DE INUNDAÇÃO.....	51
5.1	METODOLOGIA.....	51
5.2	DADOS UTILIZADOS.....	51
5.3	CRITÉRIOS E CENÁRIOS DE ESTUDO	52
5.3.1	Cenário de Operação Hidráulica Extrema.....	52
5.3.2	Cenário de Ruptura	53
5.4	CONDIÇÕES INICIAIS	53
5.5	CONDIÇÕES DE CONTORNO	53
5.6	RESULTADOS	54
5.7	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA.....	57
5.7.1	Zona de autossalvamento (ZAS)	57
5.7.2	Zona secundária de salvamento (ZSS).....	58
5.7.3	Indicação dos pontos de segurança	58
5.7.4	Medidas para regaste de atingidos e mitigação de impactos	59
6	REFERÊNCIAS.....	60
	APÊNDICES	61
	APÊNDICE 1 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE SEGURANÇA	
	61	
	APÊNDICE 2 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE CHEIA.....	62
	APÊNDICE 3 – CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS.....	63
	APÊNDICE 4 – PLANO DE ARTICULAÇÃO COM PODER PÚBLICO	66
	APÊNDICE 5 – PLANO E REGISTRO DE TREINAMENTO DO PAE.....	67
	APÊNDICE 6 – ENTIDADES COM CÓPIA DO PAE	72
	APÊNDICE 7 – FORMULÁRIOS-TIPO	73
	APÊNDICE 8 – ESTUDO DE RUPTURA DA BARRAGEM.....	75
	APÊNDICE 9 – MAPAS DE INUNDAÇÃO.....	75
	APÊNDICE 10 – GLOSSÁRIO	76
	APÊNDICE 11 – CONTROLE DE REVISÕES.....	78
	APÊNDICE 12 – ART DOS RESPONSÁVEIS	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. PCH Jurupará – Arranjo Geral - Planta.....	12
Figura 2. Mapa de localização da PCH Jurupará.....	16
Figura 3. Posição da PCH Jurupará em Relação à São Paulo-SP.	17
Figura 4. Curva cota x área x volume do reservatório – PCH Jurupará.	18
Figura 5. Perfil longitudinal do rio Juquiá e Açugui.	21
Figura 6. Resumo dos instrumentos de auscultação por estrutura.	35
Figura 7. Corte do Vertedouro de Superfície da PCH Jurupará.	36
Figura 8. Curva de descarga do Vertedouro de Soleira Livre da PCH Jurupará.	37
Figura 9. Nível de Resposta Hidrológica.....	39
Figura 10. Hidrograma de rompimento da barragem – PCH Jurupará.....	54
Figura 11. Hidrograma e cotograma do rio Juquiá junto à casa de força da PCH Jurupará no caso de rompimento hipotético da barragem da PCH Jurupará.	55
Figura 12. Hidrograma e cotograma do rio Juquiá, imediatamente a montante da barragem da UHE Barra, no caso de rompimento hipotético da barragem da PCH Jurupará.	56
Figura 13. Placas de sinalização de rotas de fuga e pontos de encontro.....	59
Figura 14. Estudo de Ruptura Hipotética.....	75
Figura 15. Mapas de Inundação.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ficha Técnica da PCH Jurupará.....	13
Quadro 2. Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Juquiá-Guaçu em operação, próximos a PCH Jurupará.....	21
Quadro 3. Classificação dos níveis de resposta correspondentes aos Níveis de Segurança do Empreendimento.....	26
Quadro 4. Classificação dos níveis de resposta correspondentes aos Níveis de Cheia (Segurança da população e estruturas a jusante).	28
Quadro 5. Indicadores qualitativos detectáveis pela inspeção visual da PCH Jurupará.....	30
Quadro 6. Plano de Comunicação.....	42
Quadro 7. Localização das sirenes.....	43
Quadro 8. Resumo de dados empregados no estudo de ruptura hipotética.	52
Quadro 9. Vazões constantes para o cenário de operação hidráulica extrema sem ruptura.....	52
Quadro 10. Condição inicial das simulações de cheia – PCH Jurupará.....	53
Quadro 11. Localização dos Pontos de Encontro propostos na ZAS.....	58
Quadro 12. Lista de Contatos – PCH Jurupará.....	63
Quadro 13. Telefones dos Corpos de Bombeiros e Polícias.....	64
Quadro 14. Telefones de Hospitais e Postos de Saúde.....	65

Quadro 15. Fornecedores de materiais mobilizáveis em situações de Emergência.....	65
Quadro 16. Modelo de registro de reuniões do plano de articulação.	66
Quadro 17. Entidades que receberam uma cópia do PAE.....	72
Quadro 18. Formulário de declaração de mudança de nível.....	73
Quadro 19. Formulário de declaração de encerramento.....	74
Quadro 20. Controle de Revisões do PAE.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Níveis de água operativos do reservatório – PCH Jurupará.....	17
Tabela 2. Série de Vazões Afluentes Médias Mensais – PCH Jurupará.....	18
Tabela 3. Vazões Naturais Máximas – PCH Jurupará.....	20
Tabela 4. Capacidade de Descarga do Vertedouro de Superfície – PCH Jurupará.	38
Tabela 5. Cheias Naturais e Amortecidas Afluentes ao Reservatório da PCH Jurupará.....	38

1 SEÇÃO I – INFORMAÇÕES GERAIS DO PAE E DA BARRAGEM

1.1 APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Segurança de Barragens foi instituída no dia 20 de setembro de 2010 a partir da Lei Federal nº 12.334/2010. Complementar a ela, tem-se a Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Estas legislações buscam garantir a observância de padrões mínimos de segurança de barragens, de modo a prevenir, reduzir a possibilidade de acidentes e/ou desastres e minimizar suas consequências. Simultaneamente, buscam regulamentar as ações de segurança a serem adotadas em diversas etapas do empreendimento, bem como definir procedimentos emergenciais e promover a atuação conjunta, em caso de incidente, acidente ou desastre, de empreendedores, fiscalizadores e órgãos de proteção e defesa civil.

As Leis Federais nº 12.334/2010 e nº 14.066/2020, aplicam-se às barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem, pelo menos, uma das seguintes características:

- (i) Altura do maciço, medida do encontro do pé do talude de jusante com o nível do solo até a crista de coroamento do barramento, maior ou igual a 15 m;
- (ii) Capacidade total do reservatório maior ou igual a 3 hm³;
- (iii) Reservatório que contenha resíduos perigosos;
- (iv) Categoria de dano potencial associado médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas;
- (v) Categoria de risco alto, a critério do órgão fiscalizador.

Dentre os instrumentos citados pela referida legislação, tem-se o Plano de Segurança de Barragens, do qual faz parte o Plano de Ação de Emergência (PAE). Este caracteriza uma importante ferramenta de gestão e gerenciamento do empreendimento, devendo estar sempre atualizado em relação às fases de vida da obra, às circunstâncias de operação e suas condições de segurança.

O presente documento fez uso das informações expostas na Lei Federal nº 12.334/2010, na Lei Federal nº 14.066/2020, na Resolução ANEEL nº 1.064/2023, no Guia de Orientação e Formulários do Plano de Ação de Emergência da Agência Nacional das Águas (ANA).

De acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens e Resolução da ANEEL, a elaboração do PAE está relacionada à categoria de risco e dano potencial associado ao

qual a barragem se enquadra, constituindo peça obrigatória para os aproveitamentos com dano potencial associado médio e alto ou categoria de risco alta.

A realização de um Plano de Ação de Emergência (PAE) para a PCH Jurupará, pertencente à Companhia Brasileira de Alumínio, justifica-se pelo seu enquadramento na **CLASSE B**, apresentando Risco Baixo e Dano Potencial Associado Alto.

O PAE da barragem da PCH Jurupará é composto por cinco seções e seus respectivos apêndices, conforme exposto a seguir:

- i. **Seção I:** Apresenta informações gerais sobre o PAE, apresenta características gerais da barragem, descreve os recursos materiais e logísticos disponíveis em emergência;
- ii. **Seção II:** Apresenta os critérios para detecção, avaliação, classificação e ações esperadas para cada nível de resposta;
- iii. **Seção III:** Define os procedimentos de notificação e o sistema de alerta;
- iv. **Seção IV:** Define as responsabilidades gerais do PAE;
- v. **Seção V:** Apresenta a síntese do estudo de ruptura e os principais resultados da modelagem da ruptura, incluindo a apresentação das cartas de inundação, descrição do vale a jusante, definição da Zona de Autossalvamento e apresentação das medidas para resgate de atingidos e mitigação de impactos.

APÊNDICE 1: Fluxograma de notificação para os níveis de segurança do Empreendimento;

APÊNDICE 2: Fluxograma de notificação para os níveis de cheia;

APÊNDICE 3: Contatos internos e externos;

APÊNDICE 4: Plano de articulação com o poder público;

APÊNDICE 5: Plano e registro de treinamento do PAE;

APÊNDICE 6: Entidades com cópia do PAE;

APÊNDICE 7: Formulários-Tipo;

APÊNDICE 8: Estudo de Ruptura da Barragem;

APÊNDICE 9: Mapas de Inundação;

APÊNDICE 10: Glossário;

APÊNDICE 11: Controle de Revisões;

APÊNDICE 12: ART dos responsáveis.

O PAE da barragem da PCH Jurupará deverá ser atualizado sempre que houver alguma mudança expressiva em seu conteúdo, como atualização de telefones de contato ou outras ocorrências relevantes, tais como mudanças nos membros da equipe, danos na estrutura civil,

falhas em equipamentos eletromecânicos que interfiram na segurança da barragem, dentre outros.

Estas alterações estão em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.066/2020, a qual afirma que o PAE deverá ser revisto periodicamente, a critério do órgão fiscalizador, nas seguintes ocasiões:

- I. Quando o relatório de inspeção ou a Revisão Periódica de Segurança de Barragem assim o recomendar;
- II. Sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de influenciar no risco de acidente ou desastre;
- III. Quando a execução do PAE em exercício simulado, acidente ou desastre indicar a sua necessidade; e
- IV. Em outras situações, a critério do órgão fiscalizador.

Toda alteração deverá ser devidamente registrada, conforme folha de revisão indicada no APÊNDICE 11 – CONTROLE DE REVISÕES, e suas alterações repassadas aos integrantes internos e externos do PAE.

1.1.1 Relação das Entidades com Cópia do PAE

Em conformidade com o § 1º do Art. 12 da Lei Federal nº 14.066/2020 e com o § 12º do Art. 13 da Resolução da ANEEL nº 1.064/2023, o PAE deverá estar disponível no site do empreendedor e ser mantido, em meio digital, no SNISB e, em meio físico, no empreendimento, nos órgãos de proteção e defesa civil dos Municípios inseridos no mapa de inundação ou, na inexistência desses órgãos, na prefeitura municipal.

A entrega do documento às entidades deverá ser devidamente protocolada e registrada, conforme consta no APÊNDICE 6 – ENTIDADES COM CÓPIA DO PAE. Sugere-se arquivar os protocolos de entrega juntamente com a versão impressa do PAE presente na usina.

1.2 OBJETIVO

O **PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA** tem por objetivo estabelecer as ações a serem executadas pelo empreendedor em caso de situação de emergência, bem como identificar os agentes a serem notificados dessa ocorrência.

Em atendimento ao estabelecido pelo Art. 12º da Lei nº 14.066/2020, o PAE deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) Descrição das instalações da barragem e das possíveis situações de emergência;
- (ii) Procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento, de condições potenciais de ruptura da barragem ou de outras ocorrências anormais;

- (iii) Procedimentos preventivos e corretivos e ações de resposta às situações emergenciais identificadas nos cenários acidentais;
- (iv) Programas de treinamento e divulgação para os envolvidos e para as comunidades potencialmente afetadas, com a realização de exercícios simulados periódicos;
- (v) Atribuições e responsabilidades dos envolvidos e fluxograma de acionamento;
- (vi) Medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural;
- (vii) Dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para resposta ao pior cenário identificado;
- (viii) Delimitação da Zona de Autossalvamento (ZAS) e da Zona de Segurança Secundária (ZSS);
- (ix) Levantamento cadastral e mapeamento atualizado da população existente na ZAS, incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais;
- (x) Sistema de monitoramento e controle de estabilidade da barragem integrado aos procedimentos emergenciais;
- (xi) Plano de comunicação, incluindo contatos dos responsáveis pelo PAE no empreendimento, da prefeitura municipal, dos órgãos de segurança pública e de proteção e defesa civil, das unidades hospitalares mais próximas e das demais entidades envolvidas;
- (xii) Previsão de instalação de sistema sonoro ou de outra solução tecnológica de maior eficácia em situação de alerta ou emergência, com alcance definido pelo órgão fiscalizador; e
- (xiii) Planejamento de rotas de fuga e pontos de encontro, com a respectiva sinalização.

1.3 DESCRIÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO

1.3.1 Descrição da barragem e estruturas associadas

A PCH Jurupará, atualmente propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio, foi concluída em 1947, entrando em operação no mesmo ano. Localizada no rio do Peixe esta usina conta com 3 (três) unidades geradoras de 2,4 MW, totalizando 7,2 MW de potência instalada.

O arranjo geral do empreendimento é apresentado na Figura 1 e é composto por:

- Barragem tipo concreto na margem direita;
- Barragem tipo terra na margem esquerda;
- Tomada d'água;
- Vertedouro tipo soleira livre; e
- Descarregador de fundo (inoperante).

Fazem parte do empreendimento, ainda:

- Canal de adução a céu aberto;
- Conduto Forçado; e
- Casa de Força.

Em 1996, a barragem sofreu uma recuperação das estruturas sendo efetuado reforços na Barragem de concreto com instalação de 52 (cinquenta e dois) tirantes sub-verticais (montados por 12 cabos de aço de Ø 13 mm ou 0,5 in cada), os quais foram inseridos cerca de 10 m na rocha firme das fundações. Foram tracionados com uma força de 200 ton.

O empreendimento é constituído por um barramento de concreto margem esquerda, de altura máxima de aproximadamente 27,00 m e comprimento de 136,00 m, com a crista na elevação 625,00 m. Na margem direita há um barramento de terra de altura máxima de, aproximadamente, 16,00 m, com a crista na elevação 625,50 m e comprimento aproximada de 110,00 m.

O sistema extravasor é composto por vertedouro do tipo soleira livre com cinco vãos de 3,20 m de largura cada. Sua capacidade máxima de descarga é de 65 m³/s. Juntamente a ele, tem-se um descarregador de fundo que se encontra inoperante. O circuito hidráulico de geração tem início pela tomada d'água submersa que é equipada com duas comportas em série (uma do tipo gaveta a montante e outra do tipo setor a jusante) de acionamento manual.

Conforme Revisão Periódica de Segurança realizada pela VLB Engenharia (2022), a Borda Livre obtida em relação à crista das Barragens de Concreto (El. 625,05 m) e de Terra (El. 625,50 m) são de 1,35 m e de 1,80 m, respectivamente.

A casa de força encontra-se localizada na margem direita do rio do Peixe, abrigando três geradores de eixo vertical com turbinas Francis. A usina possui uma potência nominal total de 7,2 MW e vazão máxima de 9,0 m³/s, operando com uma queda de 120,0 m.

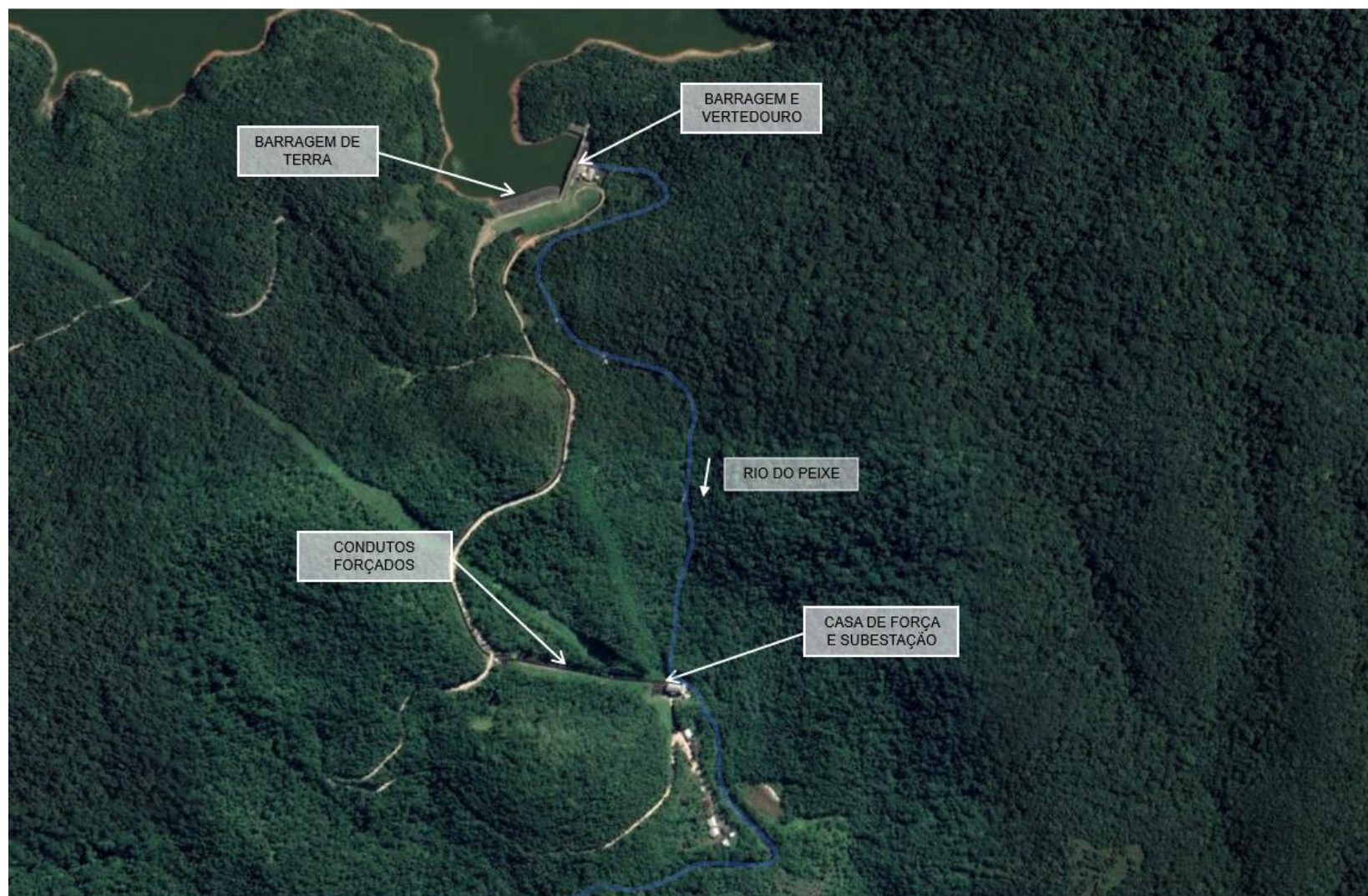


Figura 1. PCH Jurupará – Arranjo Geral - Planta.

Fonte: GoogleEarth. Acesso em 25/07/2023

No Quadro 1 são apresentadas as principais informações estruturais, hidráulicas, hidrológicas e do reservatório, as quais devem ser mantidas atualizadas e validadas pela equipe de operação e manutenção da Companhia Brasileira de Alumínio, segundo condições operacionais e comportamento atuais das estruturas do aproveitamento.

Cabe salientar, que devido à ocorrência de processos de transporte de sedimentos, o volume do reservatório da PCH Jurupará pode sofrer modificações. A atualização destes dados torna-se importante, à medida que busca garantir e atestar a precisão dos estudos de ruptura da barragem, quanto à delimitação das áreas atingidas.

Quadro 1. Ficha Técnica da PCH Jurupará.

(1) Geral		
Nome do barramento	PCH Jurupará	
Empreendedor	Companhia Brasileira de Alumínio	
Conclusão do barramento	1947	
Idade	75 anos	
Entidade Fiscalizadora	ANEEL	
Localização		
- Curso de água barrado	Rio do Peixe	
- Município	Piedade	
- Unidade da Federação	São Paulo (SP)	
- Coordenadas do Empreendimento	Lat. 23°57'45,36"S	Long. 47°23'24,52"O
- Existência de barragens a montante	Sim	
- Existência de barragens a jusante	Sim (UHE Barra)	
(2) Reservatório		
Tempo de residência	(informação indisponível)	
Vida útil do reservatório	(informação indisponível)	
Vazão média [m³/s] - QMLT	3,08	
NA Montante:		
- Máximo Maximorum [m-IBGE]	623,80	
- Máximo Normal [m-IBGE]	622,10	
- Mínimo Normal [m-IBGE]	617,50	
NA Jusante:		
- Máximo Maximorum [m-IBGE]	625,32	
- Máximo Normal [m-IBGE]	622,50	
- Mínimo Normal [m-IBGE]	617,00	

Áreas Inundadas:

- No NA Máximo Maximorum [km ²]	4,16
- No NA Máximo Normal [km ²]	3,85
- No NA Mínimo Normal [km ²]	3,27

Volume do Reservatório:

- No NA Máximo Maximorum [hm ³]	52,40
- No N.A. Máximo Normal [hm ³]	42,04
- No NA Mínimo Normal [hm ³]	24,45

(3) Barragem

Tipo	Barragem de Concreto Gravidade e Barragem de Terra tipo homogênea
Altura da Barragem [m]	Barragem de Concreto: 27,00 m Barragem de Terra: 18,40 m
Comprimento da Barragem [m]	136,00
Largura da Crista [m]	(informação indisponível)
Cota da Crista [m-IBGE]	Barragem de Concreto: 625,05 m Barragem de Terra: 625,50 m

(4) Vertedouro

- Tipo	Vertedouro Soleira Livre
- Vazão de Projeto [m ³ /s]	65,00 (para o NA Máximo Maximorum El. 623,80 m)
- Cota da Soleira [m]	622,10 m
- Comprimento Total [m]	16,64
- Número de Vãos	5
- Largura dos Vãos [m]	3,13 m, 3,22 m, 3,28 m, 3,24 m e 3,77 m (da margem direita para a margem esquerda hidráulica)
- Número de Comportas	Sem comportas

(5) Descarregador de Fundo

- Dispositivo inoperante	
- Vazão de Projeto [m ³ /s]	(informação indisponível)
- Cota da Soleira [m]	598,50
- Número de Comportas	1
- Tipo de Comportas	Gaveta
- Largura das Comportas [m]	1,00
- Altura das Comportas [m]	1,20

(6) Tomada de Água do Canal de Adução

- Tipo	Submersa, composta de uma tubulação de aço com diâmetro de 1,5 m embutida no corpo da barragem
- Localização	No corpo da barragem de concreto
- Cota da Soleira [m]	602,50
- Tipo das comportas:	Gaveta na extremidade de montante da tubulação Segmento na extremidade de jusante da tubulação
- Número de Comportas	2,00
- Largura [m]	(informação indisponível)
- Altura [m]	1,50
- Acionamento	Manual

(7) Adução

- Tipo	Canal a céu aberto
- Comprimento Total [m]	1.030,00
- Seção	Retangular
- Revestimento	Em concreto armado

(8) Tomada de água de Alta Pressão

- Localização	Imediatamente ao final do Canal de Adução
---------------	---

(9) Conduto Forçado

- Número de Unidades	3
- Diâmetro [m]	1,20 e 1,50
- Comprimento Total [m]	360,00

(10) Casa de Força

- Tipo	Abrigada
- Número de Unidades Geradoras	3
- Tipo das Turbinas Hidráulicas	Francis de Eixo Vertical
- Número de Unidades	3
- Potência Nominal Unitária [MW]	1x 3,60 e 2x 1,80
- Vazão Nominal Unitária [m³/s]	5,00 e 2,00
- Rotação Síncrona [rpm]	600,00 e 900,00

(11) Estudos Energéticos

- Potência da Usina (projeto) [MW]	7,20
- Energia Firme [MW]	(informação indisponível)
- Queda Bruta [m]	120,00

(12) Dados Hidrometeorológicos

- Vazão média de longo termo [m³/s]	3,08
- Vazão mínima média mensal [m³/s]	0,61
- Vazão correspondente à TR 100 anos natural [m³/s]	79,00
- Vazão correspondente à TR 1.000 anos natural [m³/s]	106,00
- Vazão correspondente à TR 10.000 anos natural [m³/s]	134,00
- Vazão correspondente à TR 100 anos com amortecimento do reservatório da PCH Jurupará [m³/s]	46,00
- Vazão correspondente à TR 1.000 anos com amortecimento do reservatório da PCH Jurupará [m³/s]	65,00
- Vazão correspondente à TR 10.000 anos com amortecimento do reservatório da PCH Jurupará [m³/s]	85,00
- Período do histórico de vazões	1938 a 2020

1.3.2 Localização e acesso

A PCH Jurupará está localizada no município de Piedade, próxima a divisa com os municípios de Tapiraí e Ibiúna, à aproximadamente 98 km da capital do estado de São Paulo, nas coordenadas 23°57'45,36"S e 47°23'24,52"O. O mapa de localização da PCH Jurupará é apresentado na Figura 2.

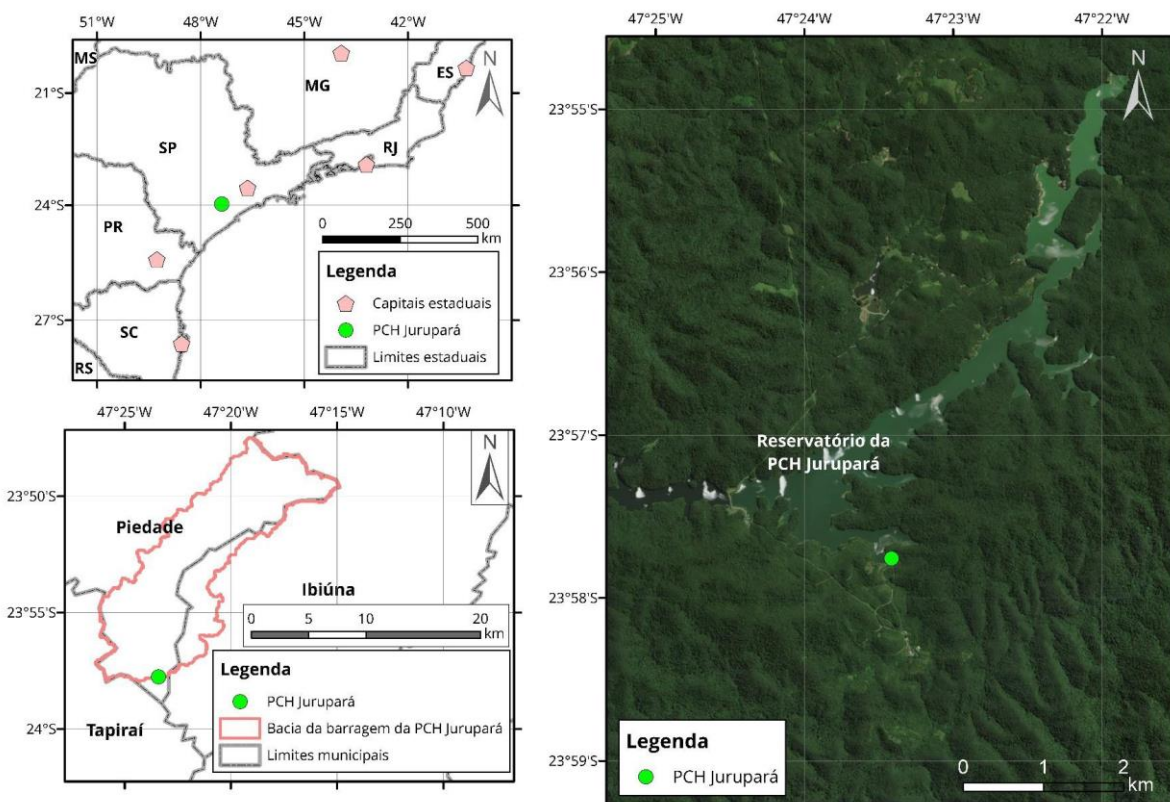


Figura 2. Mapa de localização da PCH Jurupará.
Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental.

O local do aproveitamento é acessível a partir da cidade de São Paulo, a partir da rodovia SP-280 (Rodovia Castelo Branco) até a saída para Sorocaba no km 78. Então, deve-se acessar a Rodovia José Ermírio de Moraes até a saída 7B, e então a Rodovia Celso Charuri até a saída para Votorantim, acessando a rodovia SP-270 (Raposos Tavares). Na SP-270 pegar a saída Votorantim em frente ao shopping Panorâmico, passar pela cidade de Votorantim em direção à Piedade (SP-79). Em Piedade, manter-se na SP-79 em direção à Tapiraí, e no km 138 da SP-79 entrar a esquerda em estrada municipal de terra por mais 20 km até chegar à usina.

A Figura 3 indica a posição da PCH Jurupará em relação à São Paulo-SP.

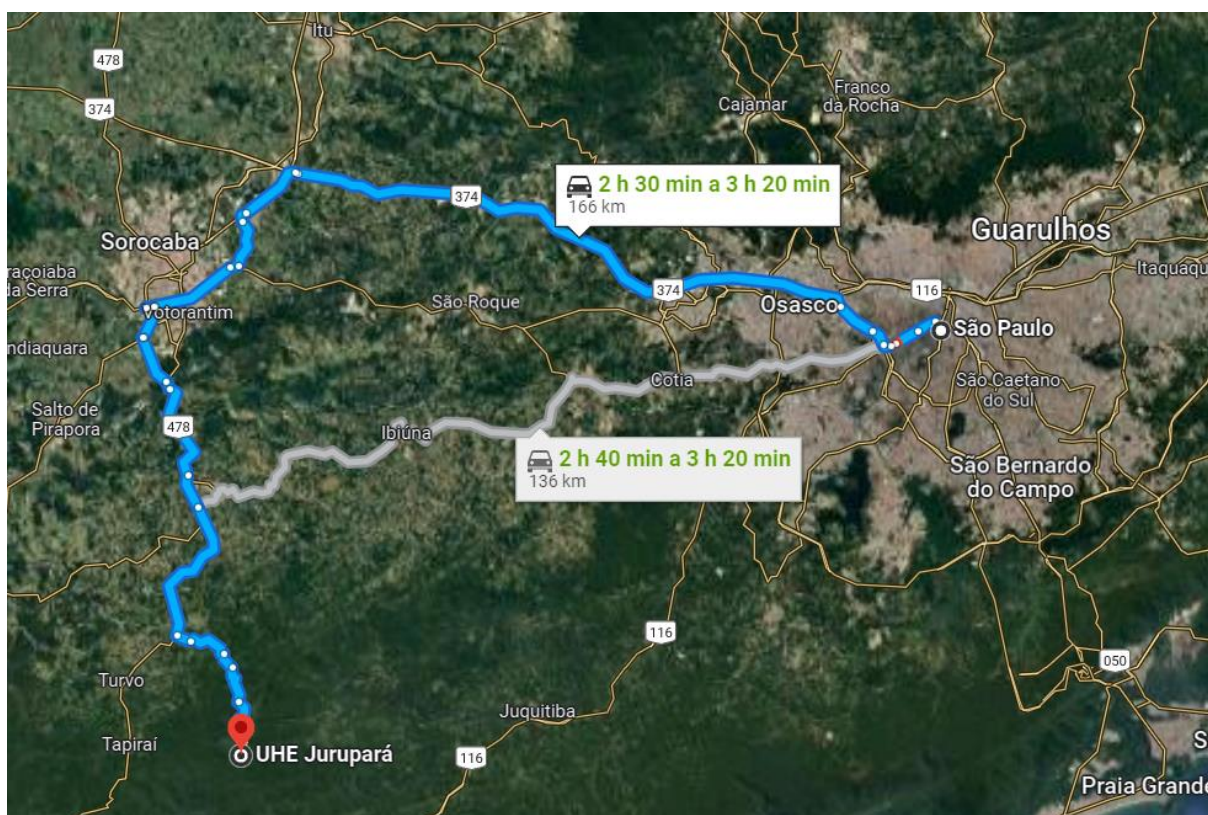


Figura 3. Posição da PCH Jurupará em Relação à São Paulo-SP.

Fonte: GoogleEarth. Acesso em 25/07/2023

1.3.3 Reservatório

Os níveis de água operativos e a curva corta x área x volume do reservatório da PCH Jurupará são apresentados no Tabela 1 e Tabela 4, respectivamente.

Tabela 1. Níveis de água operativos do reservatório – PCH Jurupará.

Nível de água	Elevação (m)
Máximo Maximorum	623,80
Máximo Normal	622,10
Mínimo Normal	617,50

Fonte: CV1901-JUR-RP04-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

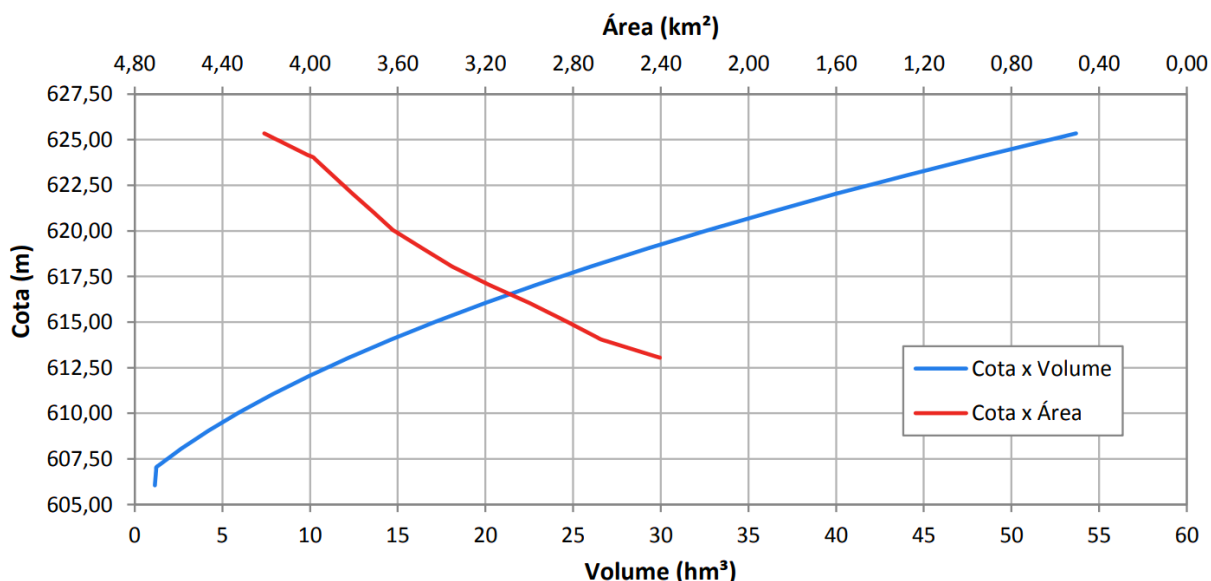


Figura 4. Curva cota x área x volume do reservatório – PCH Jurupará.

Fonte: CV1901-JUR-RP14-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

1.3.4 Características hidrológicas

Os estudos hidrológicos da PCH Jurupará foram revisados e atualizados na Revisão Periódica de Segurança de 2022 conforme apresentado pela VLB Engenharia em abril de 2022.

Este capítulo traz, do referido documento, as principais informações das Características Hidrológicas do Empreendimento. A Tabela 2 apresenta a série de vazões afluentes médias mensais à PCH Jurupará e a Tabela 3 apresenta as vazões máximas correspondentes à Revisão Periódica de Segurança do empreendimento de 2022 (VLB ENGENHARIA).

Tabela 2. Série de Vazões Afluentes Médias Mensais – PCH Jurupará.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1938	3,00	3,71	3,39	4,89	3,57	3,28	2,63	3,57	2,49	2,82	2,73	3,56	3,30
1939	3,42	3,79	3,33	3,21	2,67	2,15	2,29	1,69	1,82	1,50	2,77	3,43	2,67
1940	3,82	4,41	3,90	2,92	2,49	1,96	1,71	1,64	1,86	2,63	2,30	2,66	2,69
1941	3,12	3,94	5,17	2,57	2,40	1,84	2,99	2,74	2,49	2,78	3,56	4,05	3,14
1942	3,17	6,32	5,15	4,95	4,01	3,41	3,53	2,73	2,30	2,44	2,58	4,48	3,76
1943	4,35	4,73	3,83	2,63	2,18	2,22	1,86	2,39	2,34	3,94	3,30	2,53	3,03
1944	3,24	6,45	5,69	5,21	3,30	2,63	2,47	1,96	1,88	1,69	3,03	2,36	3,33
1945	2,94	5,35	4,97	3,62	2,82	4,03	3,21	2,15	2,45	2,25	2,21	2,59	3,22
1946	4,57	4,77	4,34	2,20	2,00	2,86	2,82	2,50	2,30	3,50	3,71	3,72	3,27
1947	4,90	4,90	4,65	4,17	4,05	3,62	4,16	4,25	4,42	3,92	5,16	5,28	4,46
1948	4,35	5,95	5,32	5,00	4,30	3,34	3,55	3,61	3,10	3,17	3,60	3,48	4,06
1949	4,15	3,87	4,18	4,03	3,24	2,96	2,92	2,57	2,90	2,66	2,91	5,55	3,50
1950	4,93	5,32	5,69	5,37	5,01	4,05	3,34	2,97	2,61	3,36	3,04	3,37	4,09
1951	4,79	5,10	4,45	3,58	2,76	2,46	2,22	1,56	1,46	1,94	2,10	2,54	2,91
1952	3,02	3,88	3,63	2,55	2,18	2,83	2,22	2,20	2,33	2,30	2,63	2,06	2,65

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1953	2,52	2,90	2,03	1,84	1,66	1,36	1,35	1,27	1,14	1,62	2,30	2,38	1,86
1954	2,61	3,04	2,58	2,03	2,97	2,52	1,59	1,63	1,54	2,36	1,44	1,91	2,19
1955	3,09	1,94	1,42	2,92	1,86	1,63	1,72	1,53	1,35	1,35	1,54	2,58	1,91
1956	2,64	3,95	4,06	4,03	3,72	3,59	2,62	3,03	2,25	3,27	3,10	2,99	3,27
1957	4,21	2,99	4,37	4,10	2,95	2,57	3,95	2,67	4,73	4,01	3,88	3,86	3,69
1958	3,84	3,25	6,20	4,74	4,87	3,95	3,10	2,69	3,29	3,70	4,16	5,09	4,07
1959	5,35	4,81	4,95	3,83	3,33	2,47	2,22	2,41	2,41	2,17	2,77	3,61	3,36
1960	3,39	5,09	3,77	2,91	2,91	2,28	2,19	2,00	1,93	2,36	2,10	3,59	2,88
1961	4,83	4,70	5,78	3,49	3,03	2,25	1,89	1,31	1,72	1,96	2,47	3,66	3,09
1962	3,74	4,23	5,28	3,08	2,31	1,90	1,77	1,81	2,36	3,98	3,27	4,85	3,22
1963	5,30	4,71	3,19	2,44	2,08	1,78	1,60	1,34	1,07	2,57	2,31	2,19	2,55
1964	1,36	3,19	2,28	2,19	2,02	1,68	1,53	1,31	1,83	2,02	2,72	3,45	2,13
1965	4,66	3,64	3,25	3,37	3,84	2,31	3,03	1,81	2,09	3,21	2,74	4,70	3,22
1966	5,59	4,05	4,40	5,64	3,93	2,59	2,47	2,79	3,41	4,00	3,64	4,43	3,91
1967	4,10	6,03	6,67	4,57	3,25	3,81	2,81	2,22	2,86	3,03	3,72	4,11	3,93
1968	4,34	3,49	4,96	3,86	3,03	2,52	2,09	2,69	2,01	2,62	1,65	2,77	3,00
1969	1,67	2,89	2,99	1,96	1,31	1,45	0,68	0,81	0,63	3,38	4,27	3,06	2,09
1970	4,23	4,76	4,30	2,71	2,16	1,86	1,53	1,77	2,42	2,91	2,00	1,55	2,68
1971	3,41	3,10	3,58	2,68	2,07	2,84	1,82	1,50	1,01	2,28	1,68	2,86	2,40
1972	3,66	3,33	2,81	2,97	1,44	0,96	1,11	1,86	2,91	4,36	2,83	1,89	2,51
1973	3,61	4,35	3,24	5,17	3,21	2,12	2,35	1,75	3,15	3,04	3,48	3,82	3,27
1974	4,86	2,99	4,77	3,43	2,15	2,84	1,72	0,94	1,07	1,95	1,87	4,37	2,75
1975	4,28	4,74	4,57	2,81	1,95	1,47	1,71	1,30	1,30	2,19	3,33	4,89	2,88
1976	4,22	5,96	5,90	4,56	3,81	4,06	4,63	3,74	4,03	3,78	3,23	3,92	4,32
1977	4,81	3,43	2,77	4,02	2,93	2,48	1,72	1,69	2,63	3,03	2,80	3,77	3,01
1978	3,70	3,28	4,29	2,00	2,28	1,77	1,64	1,11	1,40	0,96	2,63	1,95	2,25
1979	2,73	2,47	3,11	2,65	2,19	1,52	1,96	2,31	3,16	2,95	3,98	3,80	2,74
1980	4,59	5,11	3,92	3,66	2,22	2,04	2,11	1,79	1,82	2,56	2,19	4,18	3,02
1981	3,29	2,80	2,28	1,86	1,56	1,37	1,60	1,25	1,19	1,57	2,01	2,41	1,93
1982	2,46	4,17	4,24	3,38	2,52	3,65	2,32	1,94	1,58	2,81	3,37	4,88	3,11
1983	5,62	5,88	6,17	5,98	5,47	4,77	4,70	3,77	4,31	4,34	3,83	4,50	4,95
1984	4,08	2,69	2,39	2,47	2,60	1,58	1,32	2,02	2,49	1,35	1,92	2,92	2,32
1985	3,58	3,09	2,76	1,84	1,79	1,25	0,81	0,70	0,95	0,61	1,03	0,79	1,60
1986	1,56	3,09	3,74	2,06	2,29	1,42	1,44	1,69	1,48	1,31	1,66	2,94	2,06
1987	2,80	4,38	2,68	2,36	3,90	5,07	2,74	2,16	2,46	2,63	1,99	2,69	2,99
1988	2,72	4,79	5,43	3,96	5,34	4,37	2,84	2,31	2,69	3,23	3,25	3,33	3,69
1989	5,43	5,69	4,19	2,89	2,86	2,26	3,84	2,61	2,59	2,65	2,11	2,43	3,30
1990	5,55	3,29	3,91	3,37	2,85	2,19	3,04	2,30	2,55	2,27	2,17	1,77	2,94
1991	3,15	4,26	3,97	3,61	3,15	2,86	1,67	1,26	1,77	2,96	1,47	1,43	2,63
1992	1,10	1,69	2,40	1,47	1,68	0,80	2,43	2,16	2,30	2,65	2,81	3,29	2,06
1993	4,10	4,07	3,57	3,46	2,52	2,66	1,69	1,75	2,75	1,33	1,37	1,69	2,58
1994	2,92	2,85	2,89	2,38	1,87	1,66	1,43	1,07	1,08	1,00	1,44	2,84	1,95
1995	2,23	6,24	3,03	3,08	2,71	1,98	1,96	1,58	1,97	2,83	1,49	3,29	2,70
1996	4,61	4,43	6,59	3,89	3,03	3,29	3,04	2,49	3,61	3,15	1,98	2,16	3,52
1997	4,29	3,62	2,68	2,09	2,05	2,76	2,17	2,54	2,94	3,72	4,89	4,76	3,21

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1998	3,78	8,77	8,29	4,95	4,53	3,47	3,08	2,94	3,73	5,61	7,10	3,55	4,98
1999	7,51	6,92	5,13	3,99	2,99	2,05	4,00	2,44	2,84	2,52	2,19	1,95	3,71
2000	3,49	5,04	4,41	2,70	2,08	1,84	1,85	1,89	2,91	1,78	2,27	3,92	2,85
2001	3,45	4,88	3,74	3,11	2,54	2,21	2,26	1,72	1,80	3,27	2,75	3,43	2,93
2002	3,38	2,82	2,83	1,88	2,11	1,55	1,49	1,30	1,37	1,05	2,26	1,47	1,96
2003	3,05	2,84	3,72	3,28	1,74	1,76	1,44	1,20	1,20	1,46	1,60	1,95	2,10
2004	4,01	4,01	2,38	1,31	0,94	1,74	1,67	0,99	0,66	1,91	2,59	4,76	2,25
2005	9,04	7,14	5,75	3,95	4,33	3,07	2,75	2,20	3,12	3,29	3,25	4,29	4,35
2006	5,05	5,32	5,68	4,59	3,25	2,65	3,29	2,15	2,69	2,52	2,71	3,39	3,61
2007	4,30	3,55	2,53	2,59	2,25	1,63	2,73	1,70	1,36	1,65	3,07	3,55	2,57
2008	4,31	3,33	3,42	3,39	3,78	2,94	2,06	2,41	1,83	2,71	2,26	2,56	2,92
2009	3,32	4,14	2,96	2,14	1,90	1,78	4,47	3,05	5,05	5,28	5,42	6,44	3,83
2010	9,13	6,90	5,48	6,77	3,83	2,88	3,50	2,77	2,37	2,60	2,29	4,91	4,45
2011	7,93	5,43	6,95	5,50	3,46	3,15	2,49	6,77	2,90	2,46	2,18	2,48	4,31
2012	4,31	3,46	2,40	3,22	3,11	5,13	3,68	2,44	2,17	2,35	2,03	3,20	3,13
2013	3,86	4,29	4,34	3,81	2,69	3,32	4,06	2,60	2,46	2,87	3,28	3,44	3,42
2014	2,61	4,17	3,55	2,60	2,58	2,81	2,13	1,83	1,98	1,44	2,07	3,33	2,59
2015	1,73	3,25	3,88	2,28	2,57	1,86	2,40	1,49	3,11	2,55	5,33	3,53	2,83
2016	5,18	4,38	3,89	2,39	3,32	3,30	1,91	2,99	1,93	3,81	4,80	3,73	3,47
2017	6,56	5,70	3,51	3,73	3,52	3,84	2,16	2,35	1,47	1,95	2,28	2,22	3,27
2018	3,14	2,38	3,78	3,03	1,71	1,71	1,43	1,62	1,56	3,77	2,72	2,66	2,46
2019	3,16	5,53	6,31	5,32	4,36	5,72	4,35	2,98	2,97	1,91	3,16	2,83	4,05
2020	4,59	6,08	4,63	2,29	1,96								
Mínima	1,10	1,69	1,42	1,31	0,94	0,80	0,68	0,70	0,63	0,61	1,03	0,79	0,61
Máxima	9,13	8,77	8,29	6,77	5,47	5,72	4,70	6,77	5,05	5,61	7,10	6,44	9,13
Média	3,99	4,32	4,12	3,37	2,85	2,59	2,43	2,16	2,30	2,65	2,81	3,29	3,08

Fonte: Documento CV1901-JUR-RP04-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

Tabela 3. Vazões Naturais Máximas – PCH Jurupará

Tempo de Retorno (anos)	$Q_{Máx}$	$Q_{Máx.Inst.}$
2	19	30
5	26	42
10	32	51
25	39	62
50	44	70
100	49	79
1.000	66	106
10.000	83	134

Fonte: Documento CV1901-JUR-RP04-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

1.3.5 Características geológicas, topográficas e sísmicas

As condições geológicas e topográficas regionais não apresentam nenhum indício ou anomalia que leve à possibilidade da ocorrência de algum risco na região do barramento. A ocorrência de eventos naturais como abalos sísmicos são praticamente descartáveis nesta região, uma vez que esta encontra-se em região de baixa atividade sísmica.

1.4 APROVEITAMENTOS NA CASCATA

A PCH Jurupará encontra-se localizada no rio do Peixe, afluente do rio Juquiá-Guaçu. A montante da PCH Jurupará há um único barramento, a CGH Piedade. Os aproveitamentos localizados a jusante encontram-se são pertencentes ao rio Juquiá-Guaçu. A divisão das quedas do Rio Juquiá-Guaçu, pode ser visualizada na Figura 5 enquanto o Quadro 2 lista as características das usinas.

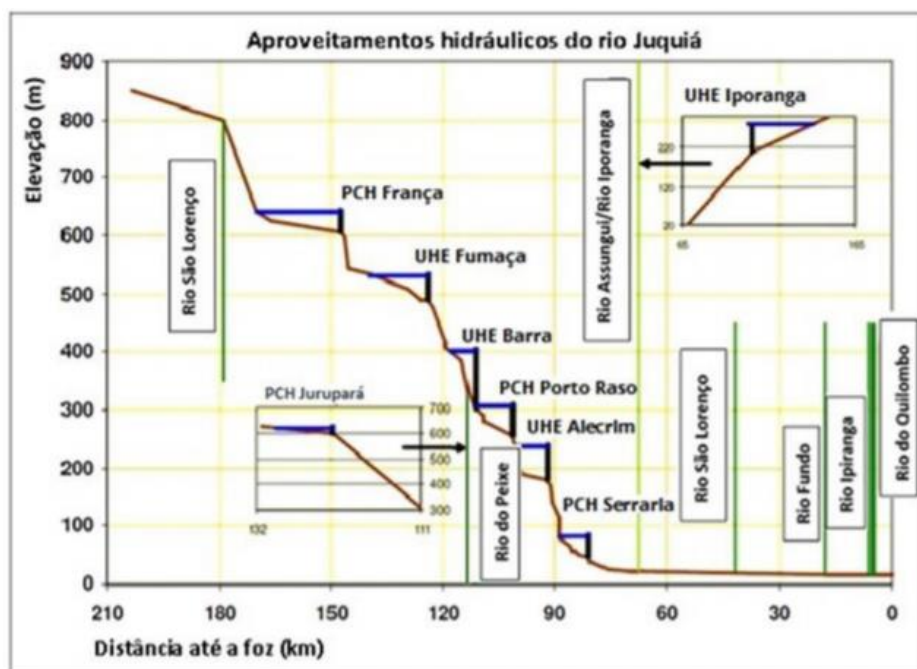


Figura 5. Perfil longitudinal do rio Juquiá e Açugui.
Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental.

Quadro 2. Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Juquiá-Guaçu em operação, próximos a PCH Jurupará.

Posição em relação à PCH Jurupará	Aproveitamento	Potência Instalada (MW)	Proprietário
Montante	CGH Piedade	0,42	Faixa Azul Indústria de Móveis para Escritório Ltda
PCH Jurupará		29,52	Companhia Brasileira de Alumínio - CBA
Jusante	UHE Barra	40,40	
	UHE Porto Raso	28,40	
	UHE Alecrim	72,00	
	UHE Serraria	24,00	

1.5 RECURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICOS NA BARRAGEM

A qualidade da resposta da usina, frente às emergências, está condicionada a existência de materiais fixos e mobilizáveis, destacando-se os meios de comunicação, transporte,

fornecimento de energia, entre outros. Isto é válido, uma vez que estes recursos facilitam o atendimento imediato da anomalia, possibilitando um ganho de tempo para a ação das autoridades competentes.

1.5.1 Sistema de comunicação

Em atendimento ao § 8º do Art. 12º da Lei nº 14.066/2020, em caso de desastre, será instalada sala de situação para encaminhamento das ações de emergência e para comunicação transparente com a sociedade. Este local deverá ser dotado de sistema de comunicação e fonte confiável de energia. Sendo assim, para a PCH Jurupará, a sala de situação será instalada no centro corporativo da Companhia Brasileira de Alumínio, onde está localizada a área responsável pela Segurança da Barragem, bem como o Centro de Operação e Geração (COG), e de onde é feito o monitoramento hidrológico das UHEs da Companhia Brasileira de Alumínio.

O sistema de comunicação da PCH Jurupará é composto por com telefonia fixa, móvel (celulares) e rádios.

1.5.2 Alimentação de Energia

A PCH Jurupará dispõe de geradores diesel de emergência, garantindo o suprimento de energia.

1.5.3 Recursos mobilizáveis em situações de emergência

Para o fornecimento dos materiais não disponíveis na PCH Jurupará, tem-se um levantamento dos principais fornecedores destes produtos na região que são apresentados na APÊNDICE 3 – CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS.

2 SEÇÃO II – DETECÇÃO, AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AÇÕES ESPERADAS PARA CADA NÍVEL DE RESPOSTA NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

A operacionalização do PAE tem início pela detecção das potenciais situações de risco na barragem em questão, seguida pela avaliação e classificação das situações de emergência.

A manutenção e o funcionamento correto da barragem são fatores imprescindíveis à segurança das estruturas da mesma e fundamentais para a classificação das situações identificadas, permitindo seu enquadramento em um dos quatro níveis de resposta.

2.1 DETECÇÃO E AVALIAÇÃO

As situações de emergência são ocorrências geradas por eventos naturais ou provocados, que em combinação com a resposta da barragem, podem dar origem a deteriorações que, no caso mais extremo, podem ocasionar a ruptura da mesma (ANA, 2016).

De acordo com o Art. 12º da Lei nº 14.066/2020, o PAE deve apresentar as possíveis situações de emergência e os procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento, de condições potenciais de ruptura da barragem ou de outras ocorrências anormais.

2.1.1 Atividades de inspeção e periodicidade

As inspeções visuais são essenciais no âmbito do controle de segurança das barragens. Para que possam ser efetivamente úteis, têm que ser realizadas de forma sistemática e regular.

A classificação do nível de resposta é feita na sequência da realização de inspeções de segurança no empreendimento que permite a detecção de “sinais”, indicadores qualitativos ou evidências, de eventuais anomalias de comportamento que possam vir a colocar em causa as condições de segurança das populações a jusante e/ou através da análise dos resultados da instrumentação e monitoramento dos níveis de água do reservatório e cheias afluentes – indicadores quantitativos.

As inspeções indicadas na sequência são baseadas na Resolução ANEEL nº 1.064/2023 e, também, no Guia Prático de Pequenas Barragens da Agência Nacional de Águas (ANA) que é o Volume VIII do Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens. As inspeções podem ser classificadas em quatro categorias:

- Inspeção rotineira ou informal: é aquela que será conduzida pelos técnicos envolvidos na operação do empreendimento, consistindo em inspeções visuais efetuadas em suas visitas rotineiras às estruturas civis, ou para a execução de tarefas diversas ligadas a área de operação. Não gera relatório específico, mas caso identificadas anomalias estas devem ser relatadas aos responsáveis e documentadas/registradas de maneira organizada de acordo os procedimentos Usina;
- Inspeção periódica: esta inspeção não é obrigatória, entretanto considera-se prudente sua realização de maneira a possuir um registro mais detalhado das estruturas da usina com uma periodicidade menor do que a cada 18 meses que é a periodicidade exigida pela ANEEL para barragens classe B. Essa inspeção deverá ser conduzida pelos técnicos envolvidos na operação do empreendimento, mas corresponde a um grau de detalhe superior do que as inspeções rotineiras, requerendo-se uma descrição detalhada da

situação de cada uma das estruturas da usina. Deve gerar relatório específico inclusive com fotografias da situação das estruturas. A frequência sugerida para estas inspeções é semestral ou sob demanda, recomendando-se que uma inspeção seja realizada no início da estação seca, e outra, no início da estação úmida, para apreciação da segurança da barragem com distintos níveis de água no reservatório e condições de vegetação;

- Inspeção de segurança regular: deve ser executada em acordo com o Plano de Segurança (PSB) do empreendimento, atendendo a resolução vigente. A inspeção de segurança regular deverá ser realizada por equipe de Segurança de Barragem, multidisciplinar, composta de profissionais treinados e capacitados, envolvendo engenheiros das áreas de hidráulica, geologia/geotecnia, estruturas, tecnologia do concreto e instrumentação (auscultação) de barragens. Deverá abranger todas as estruturas de barramento do empreendimento e retratar suas condições de segurança, conservação e operação. Para este tipo de inspeção, há a necessidade de familiarização com o histórico das estruturas e com os procedimentos eventualmente empregados nas obras de reparo já realizadas. Os resultados desta inspeção devem constar em um relatório final, contendo uma análise das condições de segurança das estruturas, bem como com conclusões e recomendações sobre as obras de reparo eventualmente necessárias.
- Inspeção especial: para além das inspeções de caráter regular, sempre que algum evento excepcional ocorra, tais como abalo sísmico, galgamento, cheia ou operação hidráulica do reservatório em condições excepcionais, deve, durante a sua ocorrência, verificar as condições de funcionamento das estruturas, e após a sua ocorrência, realizar uma inspeção detalhada. Como critério hidráulico, recomenda-se a realização da inspeção após a ocorrência de eventos de cheia com Tempo de Recorrência igual ou superior a 100 anos. Esta inspeção requer relatório específico elucidando as conclusões e recomendações pertinentes e deverá ser realizada mediante constituição de equipe multidisciplinar de especialistas. O conteúdo mínimo da Inspeção de Segurança Especial é o mesmo definido para a Inspeção de Segurança Regular.
- Inspeção a ser realizada por ocasião da revisão periódica de segurança (RPS): deve ser realizada em atendimento ao definido na SEÇÃO IV da Resolução Normativa da ANEEL nº 1.064 de 2023. A Revisão Periódica de Segurança (RPS) tem o objetivo de diagnosticar o estado geral de segurança da barragem, levando-se em conta o avanço tecnológico, a atualização de informações hidrológicas na respectiva bacia hidrográfica, de critérios de projeto e de condições de uso e ocupação do solo a montante e a jusante do empreendimento. Para usinas existentes, a periodicidade de realização da RPS será definida de acordo com a classe da barragem. O conteúdo mínimo da inspeção a ser

realizada por ocasião da revisão periódica de segurança é o mesmo definido para a Inspeção de Segurança Regular.

2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E NÍVEIS DE RESPOSTA

A avaliação e classificação das emergências baseiam-se em quatro níveis de resposta gradualmente crescentes. Os níveis de segurança obedecem a um código de cores padrão (Quadro 3) conforme proposto pela ANA (2016). Esta é uma convenção utilizada na comunicação entre o empreendedor e as autoridades competentes sobre a situação de emergência em potencial da barragem.

A classificação quanto aos níveis de segurança baseia-se na análise de eventos e irregularidades passíveis de ocorrência no empreendimento. Em geral, esta classificação não implica em uma ocorrência sequencial, podendo existir uma situação de nível de emergência sem que o mesmo implique na passagem por níveis de segurança inferiores.

Para o PAE da PCH Jurupará os níveis de resposta foram divididos em duas classificações. A primeira indica os níveis que comprometem a segurança do empreendimento, conforme Quadro 3. E a segunda classificação representa os cenários de cheias que afetam a população e localidades com ocupação permanente no vale a jusante, não necessariamente comprometendo a segurança do empreendimento. Esta classificação é abordada no item específico 2.2.2.2.

Quadro 3. Classificação dos níveis de resposta correspondentes aos Níveis de Segurança do Empreendimento

Níveis de resposta	Caracterização de cada nível de resposta	Ações para os níveis de resposta
NORMAL Nível 0 (Verde)	Quando não houver anomalia ou as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem não comprometem a segurança da estrutura, mas devem ser controladas e monitoradas ao longo do tempo. <u>Fazem parte do cotidiano da equipe de segurança de barragem da empresa, necessitando, apenas, de notificação interna adequada.</u>	Comunicação constante entre Centro de Operação e Geração, equipe de Segurança de Barragem e Coordenador do PAE. Executar o registro da anomalia encontrada. Controle, monitoramento ou reparo da anomalia.
ATENÇÃO Nível 1 (Amarelo)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem não comprometem a segurança da estrutura, no curto prazo, mas devam ser controladas, monitoradas ou reparadas de forma programada num breve período. <u>A equipe de segurança de barragem da empresa deve providenciar notificações internas e externas, conforme necessidade.</u>	Coordenador do PAE comunica as Entidades Fiscalizadoras: ANEEL e ARSESP. Declaração de Mudança de Nível. Controle, monitoramento ou reparo da anomalia.
ALERTA Nível 2 (Laranja)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos à barragem representem risco à segurança da estrutura, no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema a curto prazo ou imediatas, e os recursos deverão estar disponíveis para evitar que ocorra o acidente. Podem ser necessárias ações especiais para manter o controle.	Coordenador do PAE comunica: - Barragens de montante e jusante; - Defesas Cíveis Municipais de Piedade Tapiraí e Ibiúna; - Coordenadoria Regional de Defesa Civil, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres;
EMERGÊNCIA Nível 3 (Vermelho)	Quando as anomalias encontradas ou a ação de eventos externos na barragem representem risco de ruptura iminente que demandam a retirada dos possíveis atingidos sem possibilidade de providências para a eliminação do problema. Nessa condição é necessária a autoevacuação urgente dos atingidos na Zona de Autossalvamento (ZAS), bem como o alerta para a Defesa Civil sobre a iminência ou a ocorrência do rompimento. As condições hidrológicas	- População a jusante, corpo de bombeiros municipal e estadual, hospitais, unidades básicas de saúde, polícias militar, civil, federal, rodoviária e ambiental. Realizar as ações de curto prazo necessárias para eliminar o problema. Acionamento das sirenes dentro da ZAS. Evacuação da população da área de risco.

Níveis de resposta	Caracterização de cada nível de resposta	Ações para os níveis de resposta
	extremas ultrapassam a cheia decamilenar ou as patologias na estrutura não permitem a recuperação.	Declaração de Mudança de Nível.

Fonte: adaptado de ANA (2016)

Quadro 4. Classificação dos níveis de resposta correspondentes aos Níveis de Cheia (Segurança da população e estruturas a jusante).

Nível de Resposta	Impacto na população e nas edificações a jusante	Nível de Segurança da Barragem e estruturas associadas	Ação
NÍVEL NORMAL (Verde) Defluências até 46 m ³ /s	Não há alagamento de localidades com ocupação permanente no vale a jusante.	Barragem e estruturas dimensionadas para esta condição. Os eventos de cheia não comprometem a segurança da barragem.	Operação normal do reservatório pela CBA com realização do monitoramento das precipitações e análise das previsões de chuva para controle do nível do reservatório.
NÍVEL DE CHEIA 1 (Azul) Defluências de 46 m ³ /s até 65 m ³ /s	Há a possibilidade de alagamentos de localidades no vale a jusante.	Barragem e estruturas dimensionadas para esta condição. Os eventos de cheia não comprometem a segurança da barragem.	CBA informa a defesa civil o nível de cheias com possível alagamento na zona de autossalvamento (ZAS). Manutenção da operação do reservatório pela CBA com realização do monitoramento das precipitações e análise das previsões de chuva para controle do nível do reservatório.
NÍVEL DE EMERGÊNCIA (Vermelho) Defluências superiores à 65 m ³ /s	Há aumento dos alagamentos de localidades no vale a jusante e risco de ruptura da barragem.	Barragem e estruturas não dimensionadas para esta condição. Os eventos de cheia podem comprometer a segurança da barragem.	CBA aciona o Sistema de Comunicação em massa da ZAS e informa a Defesa Civil e órgãos envolvidos do risco de ruptura da barragem para evacuação da ZAS.

2.2.1 Indicadores Qualitativos

O Quadro 5 expõe as situações de emergência detectáveis para a PCH Jurupará com o foco em situações que possam resultar em risco à segurança do empreendimento, caracterizando-as quanto ao seu modo de falha, nível de segurança e respectiva ficha de emergência.

A análise qualitativa da barragem, por meio de atividades de rotina e/ou inspeções periódicas é de suma importância para garantir a integridade da estrutura, mediante a manutenção das boas condições estruturais da PCH Jurupará. Reduzindo, assim, a possibilidade de ocorrência de uma situação de emergência.

Quadro 5. Indicadores qualitativos detectáveis pela inspeção visual da PCH Jurupará.

Inspeção visual	Situação	Eventuais medidas de intervenção	Cenários possíveis de incidentes e/ou acidentes	Nível de resposta
ESTRUTURAS DE CONCRETO (Vertedouro e Tomada de água)	Fissuras ou trincas, abertura de juntas ou deslocamentos diferenciais estáveis e/ou superficiais; Deslizamento, tombamento e/ou afundamento, dentro dos limites de projeto.	Inspeccionar a anomalia, registrando o local, sua dimensão, profundidade, buscando a presença de umidade e carreamento de material, entre outros aspectos físicos; Caso haja carreamento de material, avaliar a necessidade de se coletar amostra do material lixiviado para análise de laboratório; Se necessário, providenciar o selamento de trincas, mediante injeções ou outro método aplicável;	Perda da estabilidade global do bloco ou estrutura. Lixiviação e diminuição da resistência da estrutura. Deslizamento e/ou tombamento do bloco ou estrutura. Expansão e trincamentos da estrutura por corrosão das armaduras. Trancamento e/ou dificuldades de operação de componentes mecânicos devido à movimentação.	Normal (Verde)
	Fissuras ou trincas, abertura de juntas ou deslocamentos diferenciais profundos que não estabilizam com percolação de água com baixa vazão ou pressão; Deslizamento, tombamento e/ou afundamento, próximo aos limites de projeto.	Avaliar leituras dos equipamentos de auscultação, buscando identificar possíveis causas; Avaliar necessidade de acionar apoio de consultor ou projetista; Definir e implementar, caso necessário, outras medidas preventivas e/ou corretivas, bem como mobilizar os recursos necessários.		Atenção (Amarelo)
	Fissuras ou trincas, abertura de juntas ou deslocamentos diferenciais profundos que não estabilizam com percolação de água com elevada pressão e/ou lixiviação de material; Expansão do concreto trazendo problemas à operação de equipamentos mecânicos; Deslizamento, tombamento e/ou afundamento, ultrapassando os limites de projeto. A estrutura apresenta aumento constante de movimentação.	Inspeccionar a anomalia, registrando o local, sua dimensão, profundidade, buscando a presença de umidade e carreamento de material, entre outros aspectos físicos, e continuar o monitoramento da ocorrência com sua documentação; Acionar consultor e/ou projetista para avaliar medidas de controle e corretiva; Avaliar a necessidade de redução de nível ou esvaziamento do reservatório; Acionar o Sistema de Alerta, para prontidão de resposta na área denominada ZAS, com base na condição medida e avaliada; Mobilizar os recursos necessários à implementação das medidas corretivas.		Laranja (Alerta)
	Fissuras/ Trincas/ Rachaduras profundas evoluíram causando deslizamento e/ou tombamento e/ou ruptura de um ou mais blocos ou da estrutura extravasora.	Mobilizar os recursos necessários à implementação das medidas corretivas.	Descarga de vazão excepcional a jusante. Inundação, destruição e possíveis danos ambientais, materiais, humanos e econômicos.	Emergência (vermelho)

Inspeção visual	Situação	Eventuais medidas de intervenção	Cenários possíveis de incidentes e/ou acidentes	Nível de resposta
VERTEDOIRO	Lixiviação; Obstrução; Erosões regressivas na bacia de dissipação; Cavitação.	Realizar manutenção na superfície hidráulica ou na bacia de dissipação; Enquanto não há realização da correção/manutenção, monitorar a anomalia, registrando o local, sua dimensão, profundidade ao longo do tempo. Nestes casos é importante que o monitoramento seja documentado com registro fotográfico.	Evolução da anomalia de modo a prejudicar o funcionamento da estrutura hidráulica.	Atenção (Amarelo)
BARRAGEM DE TERRA	Surgência, vazamento e/ou umidade nos taludes ou ombreiras, sem pressão de água e/ou sem transporte de material; Trincas, depressões e/ou abatimentos superficiais; Escorregamentos em forma de cunha e/ou plano superficial de pequena profundidade ou extensão.	Inspecionar o local, avaliando áreas do entorno para melhor caracterização da ocorrência e registrar e acompanhar anomalias; Avaliar a necessidade de recomposição das áreas afetadas; Providenciar o selamento das trincas e recompor as áreas com depressões e abatimentos; Inspecionar as estruturas de drenagem superficial, verificando a ocorrência de trincas e/ou descontinuidades, bem como realizar sua limpeza e/ou manutenção, caso necessário; Prever disponibilização de recursos, caso haja necessidade de manutenções.	Perda de borda livre; Erosões superficiais; Erosão interna ou piping; Instabilidade do talude ou ombreira; Recalque da crista e galgamento da barragem; Escorregamentos.	Normal (Verde)
	Surgência, vazamento e/ou umidade nos taludes ou ombreiras, com alteração de coloração do fluido, aumento de área e/ou vazão; Trincas, depressões e/ou abatimentos profundos e/ou que não se estabilizam. Presença de percolação de água límpida, e identificação de surgências a jusante nos locais das trincas. Trincas transversais atravessando todo o corpo da barragem de montante para jusante Escorregamentos em forma de cunha e/ou plano superficial chegando afetando uma parte pequena do talude	Inspecionar o local avaliando áreas do entorno para melhor caracterização; Inspecionar e acompanhar trincas e movimentações, e registrar o local da ocorrência, dimensão, profundidade, entre outros aspectos físicos; No caso de surgências, inspecionar o local buscando carreamento de material arenoso ou diferente coloração e avaliar a possibilidade de realização de filtro invertido; Avaliar a necessidade de recomposição das áreas afetadas pelos escorregamentos; Avaliar a possibilidade de apoio de consultor ou projetista; Inspecionar estruturas de drenagem superficial, de modo a verificar a ocorrência de trincas e/ou descontinuidade destas estruturas, bem como realizar limpeza e/ou manutenção, caso necessário; Prever disponibilização de recursos, caso ocorra necessidade de manutenções.		Atenção (Amarelo)

Inspeção visual	Situação	Eventuais medidas de intervenção	Cenários possíveis de incidentes e/ou acidentes	Nível de resposta
BARRAGEM DE TERRA	Surgência, vazamento e/ou umidade com vazão elevada e transporte de material, indicando erosão interna em andamento; Trincas, depressões e/ou abatimentos profundos e/ou que não se estabilizam, apresentando percolação e transporte de material; Escorregamentos em forma de cunha e/ou plano superficial instabilizando maior parte do talude.	Redução da cota ou esvaziamento do reservatório, buscando evitar erosão interna ou galgamento; No caso de surgência com transporte de material, executar filtro invertido no local da ocorrência, com pelo menos 3 m além do ponto identificado; Realizar recomposição e proteção da área de abatimento, depressão e/ou escorregamento; No caso de trinca, realizar o selamento e proteger a área; Acionar consultor e/ou projetista; Acionar o Sistema de Alerta, para prontidão de resposta na área denominada ZAS, com base na condição medida e avaliada; Continuar o monitoramento da ocorrência e documentá-la; Mobilizar os recursos necessários à implementação das medidas corretivas.	Perda de borda livre; Erosões no maciço pela passagem de água por trincas transversais; Perda de estabilidade da estrutura; Formação de brecha e ruptura da barragem	Laranja (Alerta)
	O processo evoluiu causando formação da brecha de ruptura. A ruptura está em avanço ou já ocorreu.	Mobilizar os recursos necessários à implementação das medidas corretivas.	Descarga de vazão excepcional a jusante; Inundação, destruição e possíveis danos ambientais, materiais e humanos.	Emergência (vermelho)
OMBREIRAS E ÁREAS A JUSANTE	Vegetação excessiva; Surgências.	Inspecionar o local, avaliando áreas do entorno para melhor caracterização da ocorrência e registrar e acompanhar anomalias; Avaliar a necessidade de manutenção das áreas afetadas; No caso de surgências, inspecionar o local buscando carreamento de material e avaliar a necessidade da realização de intervenção.	Dificuldade de observação de ocorrência de surgências.	Atenção (Amarelo)
CONDUTO	Deterioração do conduto; Vazamentos que não estabilizam.	Inspecionar a anomalia, registrando o local, sua dimensão; No caso de vazamentos, buscar direcionar de maneira adequada a vazão;	Instabilidade; Rompimento do conduto.	Normal (Verde)
	Danos que possam gerar a ruptura do conduto.	Intervenções e manutenção; Acionar o Sistema de Alerta, para prontidão de resposta na área denominada ZAS, com base na condição medida e avaliada;		Laranja (Alerta)

Inspeção visual	Situação	Eventuais medidas de intervenção	Cenários possíveis de incidentes e/ou acidentes	Nível de resposta
		Substituição dos trechos de conduto danificados.		
EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS (Vertedouro e Tomada de água)	Inoperacionalidade e/ou funcionamento deficiente.	Intervenções de reabilitação e/ou substituição de componentes.	Impossibilidade de acionar a os dispositivos de descarga para auxiliar na descarga de cheias ou rebaixamento do reservatório. Impossibilidade de impedir o esvaziamento do reservatório caso a situação ocorra com as comportas em posição de abertura.	Atenção (Amarelo)
RESERVATÓRIO	Escorregamento de taludes.	Intervenções de estabilização de taludes; Rebaixamento do nível de água no reservatório; Avaliação da possibilidade de novos escorregamentos.	Geração de ondas que conduzem a potenciais galgamentos da barragem. Obstrução da descarga de fundo ou da tomada de água.	Atenção (Amarelo)
	Subida do nível de água acima do Máximo Maximorum devido à cheias superiores à cheia de projeto.	Rebaixamento do nível de água no reservatório (operação dos dispositivos de descarga); Acionar o Sistema de Alerta, para prontidão de resposta na área denominada ZAS, com base na condição medida e avaliada.	Potencial galgamento da obra.	Laranja (Alerta)
INSTRUMENTAÇÃO	Inoperacionalidade e/ou funcionamento deficiente da instrumentação.	Intervenções e manutenções; Instalação de instrumentação adequada e/ou adicional; Monitoramento.	Comportamentos anômalos do corpo da barragem e/ou fundação, associados às grandezas em observação, sem possibilidade de detecção.	Atenção (Amarelo)

Inspeção visual	Situação	Eventuais medidas de intervenção	Cenários possíveis de incidentes e/ou acidentes	Nível de resposta
FALHA DOS SISTEMAS DE NOTIFICAÇÃO E ALERTA	Impossibilidade de notificação; Impossibilidade de alerta.	Intervenções e manutenções; Instalação de instrumentação adequada e/ou adicional; Acionar o Sistema de Alerta, para prontidão de resposta na área denominada ZAS, com base na condição medida e avaliada. Monitoramento.	Danos materiais, humanos e econômicos que poderiam ter sido evitados.	Laranja (Alerta)

Fonte: adaptado de ANA (2016)

2.2.2 Indicadores Quantitativos

Os indicadores quantitativos auxiliam a gestão da situação de risco através do monitoramento da instrumentação do empreendimento com relação ao estado hidráulico do reservatório e da situação geotécnica e estrutural da barragem. Isto permite que, ao ser constatada uma anomalia, estejam previstas manobras e ações a serem executadas, preservando a integridade e o funcionamento das estruturas civis e eletromecânicas da barragem.

2.2.2.1 Instrumentação da barragem

O monitoramento e detecção de potenciais anomalias no barramento da PCH Jurupará é realizado com auxílio de 48 (quarenta e oito) instrumentos de auscultação. A análise dos dados de instrumentação é realizada mediante seus valores de referência. A partir do momento em que estes valores são atingidos e/ ou ultrapassados, a equipe de avaliação da instrumentação é acionada. Esta deverá analisar a possível causa da alteração das leituras (nível do reservatório, parada de máquina, infiltração, variações de temperatura etc.), bem como realizar uma análise global dos instrumentos instalados, avaliando o funcionamento e a concordância dos mesmos.

A Figura 6 apresenta o quantitativo dos instrumentos operantes nas estruturas de concreto e o Relatório de Instrumentação (CV1901-JUR-RP09-RT-0001-R0) apresenta os valores de referência, atenção e alerta da instrumentação do empreendimento, bem como a frequência de leituras.

Figura 6. Resumo dos instrumentos de auscultação por estrutura.

Estrutura	Instrumento	Quantidade de Instrumentos em operação
Barragem de Concreto / Vertedouro	Estação telemétrica	1
	Medidor de Cota	3
	Medidor de vazão	3
	Marco Superficial	17
	Dreno – Pontos de infiltração	2
	Piezômetro standpipe	2
	Pluviômetro	2
Barragem de terra	Marco Superficial	8
	Piezômetro standpipe	8
	Medidor de nível de água	1
	Medidor de vazão	1

2.2.2.2 Cheias

A condição hidrológica será controlada pelas regras operativas dos dispositivos de descarga do empreendimento. O Sistema Extravasor da PCH Jurupará é composto por um Vertedouro de Superfície e um Descarregador de Fundo, entretanto, o Descarregador de Fundo encontra-se inoperante.

O Vertedouro de Superfície da PCH Jurupará, do tipo Soleira Livre, possui 5 (cinco) vãos ao todo, com largura variável para cada vão.

Assim, iniciando pela margem direita hidráulica, as larguras dos vãos são de 3,13 m, 3,22 m, 3,28 m, 3,24 m e 3,77 m. Assim, tem-se a largura total da crista do Vertedouro de Superfície de 16,64 m. A Figura 7 apresenta um corte do Vertedouro.

A partir do cadastramento “As Is” efetuado pela VLB Engenharia (2020), constatou-se que as cristas do Vertedouro e da Barragem de Concreto se encontram nas cotas 622,10 m e 625,05 m, respectivamente, resultando em um desnível de 2,95 m.

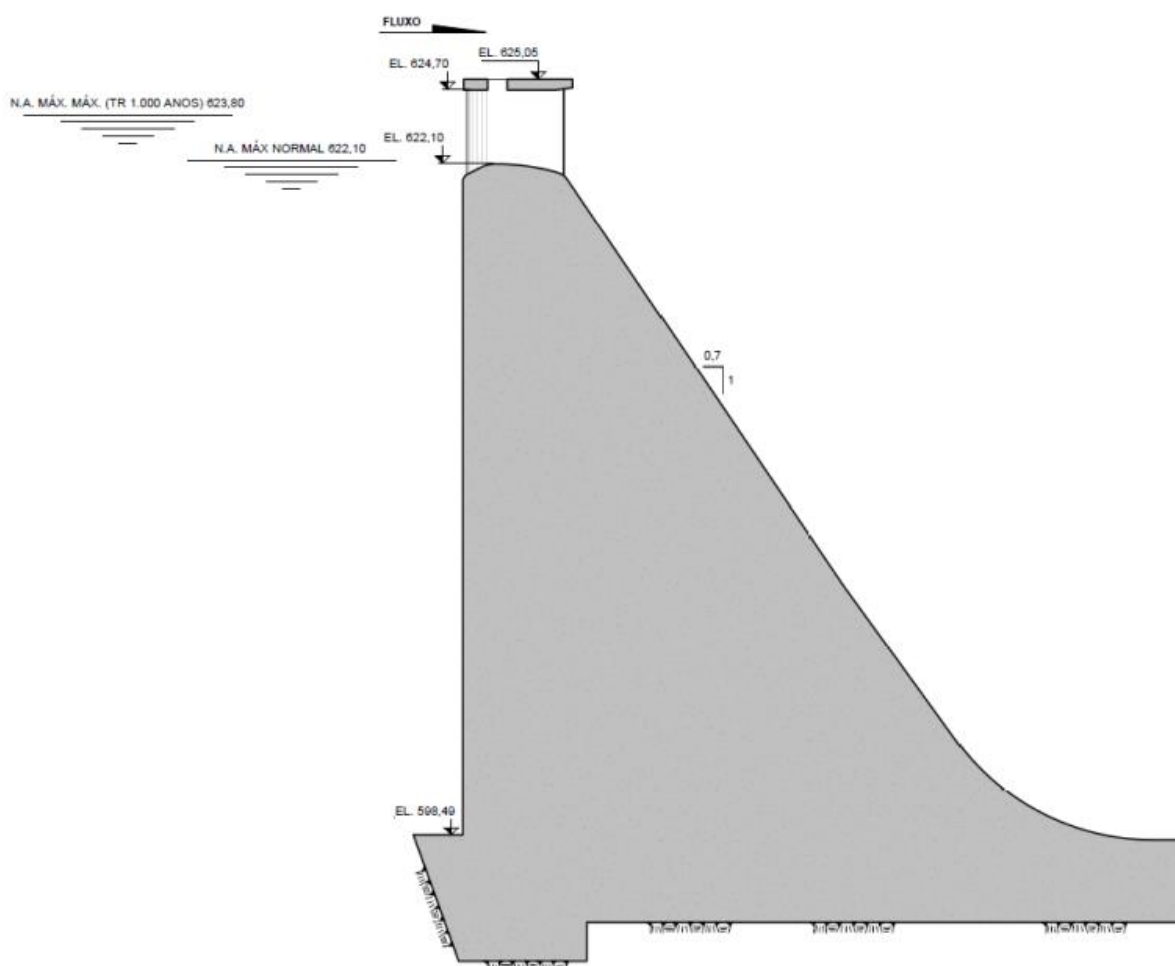


Figura 7. Corte do Vertedouro de Superfície da PCH Jurupará.

Fonte: CV1901-JUR-RP04-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

Com relação ao Descarregador de Fundo, os documentos da usina informam que o dispositivo possui uma comporta gaveta a montante, com soleira na El, 598,50 m, largura de 1,00 m e altura de 1,20 m, além de uma comporta setor a jusante. Os documentos supracitados mencionam ainda que o Descarregador de Fundo se encontra inoperante.

A restituição do escoamento proveniente do Vertedouro de Superfície e do Descarregador de Fundo da PCH Jurupará ocorre diretamente sobre o leito do rio Peixe.

A curva de descarga resultante para o Vertedouro de Superfície da PCH Jurupará é apresentada na Figura 8, com valores discretizados na Tabela 4. Como resultado, constata-se que a capacidade hidráulica do Vertedouro de Superfície é de 65 m³/s, para o NA Máximo Maximorum (El. 623,80 m).

Ademais, destaca-se que a operação da Estrutura Extravasora é suficiente para atender à vazão milenar defluente obtida pela atualização dos estudos hidrológicos realizados pela VLB Engenharia, de 65 m³/s, com o Nível de Água do Reservatório na El. 623,80 m. Nesse cenário, a Borda Livre obtida em relação à crista das Barragens de Concreto (El. 625,05 m) e de Terra (El. 625,50 m) são de 1,35 m e de 1,80 m, respectivamente.

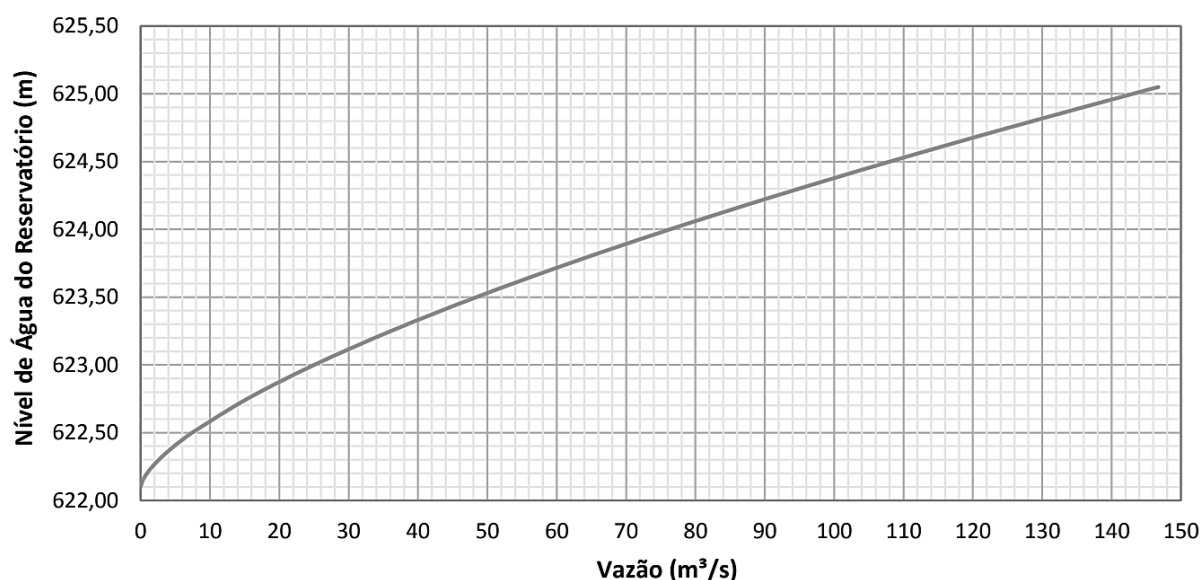


Figura 8. Curva de descarga do Vertedouro de Soleira Livre da PCH Jurupará.
 Fonte: CV1901-JUR-RP14-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

Tabela 4. Capacidade de Descarga do Vertedouro de Superfície – PCH Jurupará.

NA (m)	H_e (m)	Q (m³/s)
622,10	0,00	0
622,25	0,15	1,71
622,50	0,40	7,44
622,75	0,65	15,4
623,00	0,90	25,0
623,25	1,15	36,1
623,50	1,40	48,4
623,75	1,65	61,9
624,00	1,90	76,3
624,25	2,15	91,7
624,50	2,40	108
624,75	2,65	125
625,00	2,90	143
625,05	2,95	147

Fonte: CV1901-JUR-RP14-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

Com base no Relatório de Atualização dos Estudos Hidrológicos e Avaliação das Estruturas Extravasoras da PCH Jurupará (CV1901-JUR-RP04-RT-0001), verifica-se que o Reservatório da Usina apresenta capacidade considerável para proporcionar o amortecimento de cheias afluentes, suficiente para reduzir de 36% a 42% a intensidade das vazões máximas defluentes com tempos de retorno de 100, 1.000 e 10.000 anos.

A Tabela 5 apresenta as vazões máximas afluentes e defluentes ao Reservatório da PCH Jurupará, para os tempos de retorno de 100, 1.000 e 10.000 anos.

Tabela 5. Cheias Naturais e Amortecidas Afluentes ao Reservatório da PCH Jurupará

TR (anos)	Vazões Máximas no Reservatório da PCH Jurupará		
	Afluente (m³/s)	Defluente (m³/s)	Redução (%)
100	79	46	42,0
1.000	106	65	39,0
10.000	134	85	36,8

Fonte: CV1901-JUR-RP14-RT-0001-01 (VLB ENGENHARIA, 2022)

Cabe destacar que a Regra de Operação atualmente vigente estabelece como restrição de operação da Usina a vazão máxima de 132 m³/s, correspondente à capacidade de descarga do Vertedouro de Superfície.

A Figura 9 apresenta os Níveis de Resposta Hidrológica definidos para a PCH Jurupará.

O Quadro 4 expõe com mais detalhes os níveis de segurança e risco de ruptura das estruturas do empreendimento em função das cheias da PCH Jurupará, caracterizando-as quanto à vazão defluente.

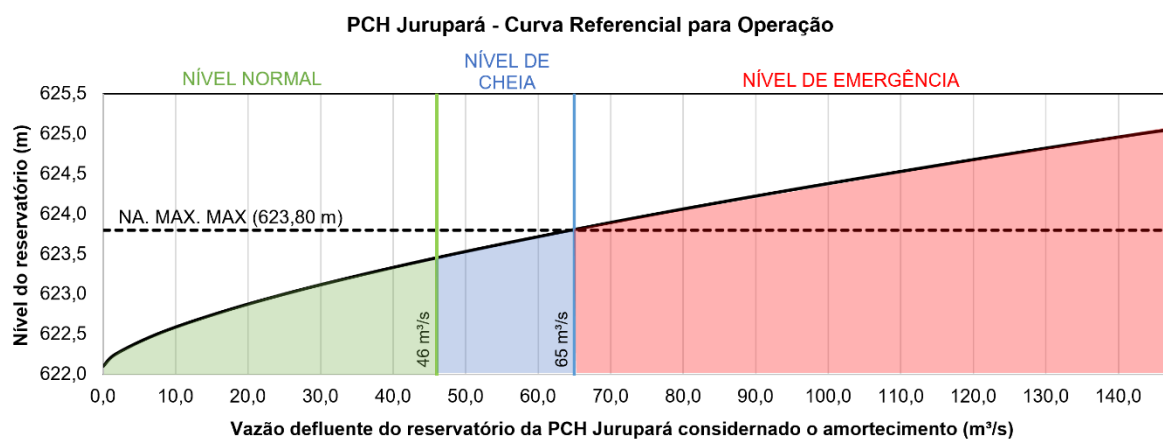


Figura 9. Nível de Resposta Hidrológica.

3 SEÇÃO III – PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO E SISTEMA DE ALERTA

3.1 NOTIFICAÇÃO E FLUXOGRAMA

A comunicação representa um elemento estratégico e primordial na gestão das situações de emergência, aumentando a eficiência da resposta das equipes de trabalho e, conseqüentemente, minimizando os riscos de prejuízos materiais, ambientais e de vidas humanas. Recomenda-se que os sistemas de alerta antecipado, no contexto da gestão de risco e desastres, devem ser estruturados com base na integração de quatro elementos:

- Conhecimento do risco: Conhecer e elencar as prioridades de estratégias para mitigação e prevenção do risco;
- Monitoramento e previsão: Estimar, antecipadamente, riscos potenciais à comunidade, economias e meio ambiente expostos;
- Disseminação de informação: Estabelecimento prévio de sistemas de comunicação para disseminar mensagens de alerta aos locais potencialmente afetados e organismos governamentais;
- Resposta: Coordenação, boa governança e planos de ação apropriados são pontos chave para um sistema de alerta antecipado efetivo.

Diante de situações anômalas associadas a segurança da barragem, a comunicação do fato aos envolvidos deverá ser feita em função do Nível de Resposta, no qual a ocorrência está classificada em função das responsabilidades apresentadas na SEÇÃO IV – RESPONSABILIDADES GERAIS DO PAE.

Aqueles que serão notificados nessas circunstâncias compõe os agentes internos e externos do PAE. As equipes formadas por profissionais da Companhia Brasileira de Alumínio compõem os agentes internos. Os agentes externos são os órgãos e autoridades públicas, além dos representantes das comunidades a serem potencialmente atingidas pelo evento de ruptura.

A notificação deve ser estabelecida entre os indivíduos responsáveis pela operação e segurança da barragem (notificação interna), e entre estes e as entidades externas com responsabilidades instituídas (Entidades Fiscalizadoras, Sistema de Defesa Civil).

O APÊNDICE 1 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE SEGURANÇA e o APÊNDICE 2 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE CHEIA apresentam os fluxogramas de notificação para situações de segurança do empreendimento e níveis de cheia, respectivamente.

O APÊNDICE 3 – CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS apresenta o detalhamento dos nomes e telefones dos agentes internos e externos a serem acionados frente aos níveis de resposta.

3.1.1 Notificação dos agentes internos

Inicialmente a notificação deve ocorrer internamente, sendo estabelecida entre os indivíduos responsáveis pela operação, segurança da barragem e os responsáveis pelo gerenciamento e administração da empresa. Dependendo do progresso da gravidade da situação, a notificação deverá se dar com a transmissão do alerta antecipado, para as entidades externas com responsabilidades instituídas (Entidades fiscalizadoras, Sistema de Defesa Civil, entre outros).

É necessário que os integrantes do PAE estejam sempre de prontidão, de modo a fornecer ações rápidas para as demandadas com circunstâncias diversas de adversidades. Desta forma, faz-se necessário que todas as ações a serem tomadas sejam previamente planejadas, eficientes e seguras, considerando a ocorrência do evento a qualquer hora do dia ou noite, dias úteis, finais de semana e feriados.

É imprescindível que não ocorra falhas na comunicação, devendo-se possuir mais de uma forma de comunicação com os integrantes do PAE. Estes, por sua vez, deverão estar disponíveis 24 horas por dia e, em caso de férias de algum integrante, deverá ser nomeado um substituto para atuar frente às funções e responsabilidades do profissional ausente.

A notificação dos agentes internos tem início com a identificação de comportamentos anômalos na barragem ou previsões de cheias excepcionais. Cabe salientar que a identificação de uma situação de emergência pode ser realizada por qualquer funcionário ou terceiro que presencie e/ou tenha conhecimento da mesma, devendo comunicar, imediatamente, o colaborador que o acompanha.

Identificada a situação anômala, esta deverá ser informada, imediatamente, à Equipe de Segurança da Barragem que, em conjunto com o Coordenador do PAE e/ou Substituto, estudará as possíveis causas e maneiras de solucionar a ocorrência. Analisada a situação, deve-se executar seu registro, atentando-se para a coleta e descrição do maior número de detalhes possíveis, tais como: data, hora, descrição do local, extensão da ocorrência, fotos e identificação das causas. Caso exista necessidade, o Coordenador do PAE e/ou Substituto deverá acionar o Fluxograma de Notificação e garantir que ele seja cumprido.

3.1.2 Notificação dos agentes externos

A comunicação externa é requerida em situações enquadradas nos níveis de resposta Atenção (NÍVEL 1 – AMARELO), Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) ou Emergência (NÍVEL 3 –

VERMELHO). A notificação dos agentes externos deve ser feita conforme os Fluxogramas de Notificação apresentados nos APÊNDICES 1 e 2.

Para níveis de cheia, também é requerida a comunicação externa para NÍVEL CHEIA 1 (todos níveis AZUL), bem como para o nível de Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO), conforme Fluxograma apresentado no APÊNDICE 2.

O Sistema de Defesa Civil deve ser acionado de forma hierárquica, iniciando-se pela esfera mais próxima à situação emergente, otimizando a resposta ao chamado. Isto é, parte-se do âmbito municipal, seguido pelo regional, estadual e, por fim, federal. Aliado a isto, cabe salientar que o coordenador do PAE é responsável pela notificação do Sistema de Defesa Civil como um todo, permitindo que a informação chegue à todas as esferas da Defesa Civil.

Na mesma linha, deve-se acionar os órgãos de segurança (Corpo de Bombeiros e Polícia), para que estes tomem conhecimento da emergência e adotem as medidas de segurança cabíveis. Os órgãos de segurança trabalharão, também, em conjunto com a Defesa Civil, na busca, salvamento e evacuação da população afetada. Concomitantemente, deve-se notificar os hospitais e postos de saúde das áreas afetadas e regiões próximas, mantendo-os em estado de prontidão para recebimento de possíveis feridos. Esta medida tem como intuito verificar a disponibilidade de médicos e leitos no local.

O acionamento dos órgãos reguladores e fiscalizadores, para atuação frente a um processo de emergência na barragem, deverá ser oficializada via Declaração de Início da Emergência. Da mesma forma, o encerramento da situação deve ser oficialmente declarado, via Declaração de Encerramento da Emergência. A comunicação da situação aos agentes externos deverá ser também oficializada, com base no Modelo de Mensagem de Notificação conforme apresentado no APÊNDICE 7 – FORMULÁRIOS-TIPO.

O alerta antecipado é realizado mediante comunicação dos agentes responsáveis pela segurança da barragem para os agentes internos e externos descritos nos Fluxogramas de Notificação (APÊNDICES 1 e 2). Devido ao risco iminente na ZAS, toda a comunicação nesta região deverá ser realizada de forma redundante. O sistema de alarme instalado na PCH Jurupará consiste em alerta sonoro e voz em massa (estações remotas). O Quadro 6 apresenta o Plano de Comunicação da PCH Jurupará.

Quadro 6. Plano de Comunicação.

Público-alvo	População residente na ZAS. Representantes da Defesa Civil Municipal e Estadual, prefeituras e demais órgãos relacionados no fluxograma de notificação do PAE que deverão ser NOTIFICADOS quando a situação na barragem se configurar em EMERGÊNCIA.
Mensagem que se busca transmitir na ZAS	Ao sinal de alarme evacuem a área de risco de inundação, seguindo pelas rotas de fuga e dirigindo-se aos pontos de encontro.

Tempo para o aviso do alarme na ZAS	Imediatamente quando for detectada na barragem a situação de EMERGÊNCIA.
Responsável pelo comando de alarme na ZAS	Coordenador do PAE, e, na sua ausência, do Operador da Usina em exercício da função na Sala de Operações.
Resultados que se deseja alcançar na ZAS	Evacuação da população em tempo hábil, de acordo com os tempos estimados desde o início do rompimento e alcance da onda de inundação. Deverão ser definidas as rotas de fuga e pontos de encontro na ZAS, com base no cadastro da população. Pessoas com mobilidade reduzida deverão ser atendidas por algum meio de locomoção. Os simulados deverão ser realizados para validação dos meios de comunicação propostos e testar os tempos de evacuação pelas rotas de fuga definidas.
Forma de comunicação para a mensagem de ALARME principal na ZAS	Sistema de alerta sonoro e voz em massa (estações remotas, que deverão ser acionadas a partir do Centro de Operação Local - CMOL).
Forma de comunicação para a mensagem de ALARME secundário (em caso de falha do sistema de comunicação principal) na ZAS	Rádios de comunicação interna entre os profissionais que atuam na barragem, Telefonia fixa e Mensagem de texto via SMS
Benefícios esperados	População evacuada da área de risco de inundação e segura nos pontos de encontro.

De acordo com o preconizado pela ANEEL (2023), o PAE deve contemplar a previsão de instalação de sistema sonoro ou de outra solução tecnológica de maior eficácia em situação de alerta ou emergência, nos locais habitados na ZAS, devendo conter avaliação quanto a essa abrangência e cabendo ao empreendedor sua implantação, operação e manutenção em articulação com os órgãos locais de proteção e defesa civil. Nesta linha, o Quadro 7 apresenta as coordenadas de instalação dos alarmes sonoros (Sirenes). A definição da localização das Sirenes na ZAS foi realizada pela Companhia Brasileira de Alumínio, através do Plano de Evacuação.

Quadro 7. Localização das sirenes.

Sirenes	Coordenadas	
	Longitude	Latitude
ER-JUR-01	47°23'29.04"O	23°57'48.67"S
ER-JUR-02	47°23'19.21" O	23°58'15.64"S

A escolha pelo meio de alerta mais adequado levou em consideração a extensão da zona afetada, características e dispersão geográfica da população em risco (pequenos povoados rurais, grandes aglomerados urbanos, fazendas dispersas, entre outros), a proximidade dos agentes de Defesa Civil, bem como os recursos disponíveis para

atendimento. Cabe ressaltar que o nível de preparo da população potencialmente atingida é fator limitante na determinação do meio de alerta. Aliado a isto, os meios de alerta devem ser adequados para atendimento de ocorrências em qualquer período (diurno e noturno) e data (dias úteis, feriados e finais de semana).

Importante destacar que a ação de evacuação das pessoas em risco deverá ocorrer por conta dos moradores com o auxílio das entidades responsáveis, como Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Sendo assim, os residentes em zonas de risco deverão ter conhecimento prévio das principais rotas de fuga, locais de ponto de encontro e abrigo temporário. Neste caso, a sensibilização da população residente na ZAS é de extrema importância para uma comunicação eficaz do Plano de Ação de Emergência.

Caso os municípios afetados pela ruptura contem com Plano de Contingência, as informações do PAE deverão ser incorporadas nesse documento, de forma a munir os agentes públicos com conhecimentos, garantindo uma adequada tomada de decisões.

4 SEÇÃO IV – RESPONSABILIDADES GERAIS DO PAE

4.1 RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR

O empreendedor (Companhia Brasileira de Alumínio) é a pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente.

A principal responsabilidade consiste em prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem, pela elaboração dos documentos relativos à segurança da mesma, pela implementação das recomendações contidas nesses documentos, bem como a atualização do registro das barragens de sua propriedade, ou sob sua operação, junto às entidades fiscalizadoras.

No âmbito do Plano de Ação de Emergência, cabe ao empreendedor:

- a) Providenciar a elaboração e atualizar o PAE;
- b) Promover treinamentos internos e manter os respectivos registros das atividades;
- c) Participar de simulações de situações de emergência, em conjunto com as prefeituras e organismos de defesa civil;
- d) Designar formalmente um coordenador para executar as ações descritas no PAE;

- e) Detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os níveis de resposta;
- f) Declarar situação de emergência e executar as ações descritas no PAE;
- g) Executar as ações previstas no fluxograma de notificação;
- h) Alertar a população potencialmente afetada na ZAS;
- i) Notificar as autoridades públicas em caso de situação de emergência;
- j) Emitir declaração de encerramento da emergência;
- k) Providenciar a elaboração do relatório de encerramento de eventos de emergência.

Adicionalmente, conforme preconiza ANEEL (2023), cabe ao empreendedor:

- I. Articular-se com os órgãos de proteção e defesa civil municipais e estaduais para promover e operacionalizar os procedimentos emergenciais constantes do PAE;
- II. Adotar as medidas necessárias para implantação e operacionalização do PAE, de modo que as comunidades na ZAS e nos locais habitados da ZSS tenham ciência dos procedimentos a serem adotados em caso de acidente com a barragem;
- III. Disponibilizar o PAE no site do empreendedor e em meio físico, no empreendimento, nos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios contemplados no mapa de inundação ou, na inexistência desses órgãos, na prefeitura municipal.

O empreendedor deverá permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) ao local da barragem e à sua documentação de segurança. Deve o empreendedor informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança.

4.2 RESPONSABILIDADES DO COORDENADOR DO PAE

O Coordenador do PAE é designado pelo empreendedor e é o responsável por coordenar as ações descritas no Plano de Ação de Emergência (PAE), devendo estar disponível para atuar prontamente nas situações de emergência da barragem. Deve existir uma pessoa capaz de efetuar sua substituição, à frente das ações do PAE, atuando como Coordenador na ausência do oficial.

Desta forma, cabe ao Coordenador do PAE:

- Disponibilizar informações operativas relevantes, tais como nível do reservatório e vazão turbinada;

- Planejar ações de resposta, mediante o monitoramento da situação e implantação de medidas preventivas e corretivas, com vistas a dar suporte aos procedimentos operacionais do PAE;
- Detectar e avaliar, em conjunto com a equipe técnica de segurança da barragem, a gravidade das situações e classificá-las de acordo com os Níveis de Resposta;
- Executar a comunicação prevista no Fluxograma de Notificações, de acordo com o Nível de Resposta no qual a situação se enquadra;
- Emitir Declaração de Início e Encerramento de Emergência, obrigatoriamente, para os Níveis de Resposta Atenção (NÍVEL 1 – AMARELO), Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) ou Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO);
- Comunicar os funcionários do empreendimento, caso seja declarada situação com nível de resposta Atenção (NÍVEL 1 – AMARELO), Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) ou Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO);
- Notificar as autoridades públicas, caso seja declarado nível de resposta Atenção (NÍVEL 1 – AMARELO), Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) ou Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO);
- Alertar a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento, caso seja declarado nível de resposta Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) e Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO). Uma vez alertada, a população da ZAS deverá autoevacuar-se, dirigindo-se aos pontos de encontro estabelecidos neste Plano de Ação de Emergência, a serem validados pela Defesa Civil;
- Emitir Mensagem de Notificação, conforme Nível de Resposta pertinente a situação;
- Criar e manter todos os registros de avisos e notificação e alerta em arquivos físicos e/ou digitais auditáveis;
- Providenciar a elaboração do relatório de encerramento de emergência.

O APÊNDICE 7 – FORMULÁRIOS-TIPO apresenta os modelos de comunicação, para a emissão das declarações de início/encerramento da ocorrência e notificação aos agentes internos.

4.3 RESPONSABILIDADES DA EQUIPE DE SEGURANÇA DA BARRAGEM

A equipe de segurança da barragem é responsável por dar suporte ao coordenador do PAE considerando as seguintes ações:

- Participar das reuniões periódicas com o Coordenador do PAE;
- Identificar evidências de condições potenciais de situações de emergência;
- Identificar e atuar em situações anômalas, principalmente nas situações de Atenção (NÍVEL 1 – AMARELO), Alerta (NÍVEL 2 – LARANJA) ou Emergência (NÍVEL 3 – VERMELHO);

- Informar o Coordenador do PAE sobre situações não normais identificadas;
- Executar as ações de resposta relativas à situação de emergência, com a supervisão do Coordenador do PAE;
- Acionar colaboradores e/ou máquinas que não atuem na unidade operacional para sanar/controlar a situação de emergência identificada, caso necessário.

4.4 RESPONSABILIDADES DAS PREFEITURAS

São responsabilidades das prefeituras municipais:

- Apoiar e participar dos simulados de situações de emergência para evacuação da ZAS;
- Apoiar a defesa civil em caso de evacuação da ZAS e ZSS;
- Receber declaração de início e término de situação de emergência.

4.5 RESPONSABILIDADES DA POLÍCIA MILITAR

São responsabilidades da polícia militar:

- Participar dos simulados de situações de emergência para evacuação da ZAS;
- Apoiar a prefeitura, defesa civil e corpo de bombeiros quando necessário;
- Zelar pela segurança pública.

4.6 SISTEMA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

A gestão do risco, no que diz respeito à população que reside nos vales com barragens, envolve a participação de um maior número de instituições, nomeadamente a do Sistema de Proteção e Defesa Civil. Tipicamente, as responsabilidades deste sistema relacionam-se com o alerta, a evacuação e a sensibilização e educação das populações no que diz respeito a atuação em emergências.

A Lei nº 12.608/2012, atualizada pela Lei Federal nº 14.066/2020, criou a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que visa uma atuação conjunta entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com uma abordagem sistêmica de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de áreas onde possa acontecer ou já tenha ocorrido desastres de grandes proporções na população brasileira.

Tal legislação dispôs sobre o SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil), que é composto pela administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por entidades da sociedade civil responsáveis pelas ações de Defesa Civil no país.

O SINPDEC atua na prevenção de desastres, mitigação de riscos, preparação, resposta e recuperação por meio dos seguintes agentes em suas respectivas escalas de atuação:

- Federal: Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD);
- Estadual: Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDEC) e Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (REPDEC) que comportam diversos órgãos estaduais como polícia militar e o Corpo de Bombeiros;
- Municipal: Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) que comportam diversos órgãos da administração pública municipal, como secretarias de saúde, subprefeituras, serviços de água e esgoto.

No contexto de Segurança de Barragens, atualizada pela Lei Federal nº 14.066/2020, esse contexto, conforme disposto pela ABRAGE (2017) e ABRAGE (2018), o PAE é um documento que deve ser compatibilizado pelo Ente Federado no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil Municipal.

Para a Zona de Autossalvamento, isso se deve por meio das seguintes ações:

- Estabelecimento, em conjunto com o empreendedor, de estratégias de comunicação e de orientação à população potencialmente afetada na ZAS;
- Participação de simulações de situações de emergência, em conjunto com o empreendedor, prefeituras e população potencialmente afetada na ZAS.

Fora da Zona de Autossalvamento (ZAS), denominada Zona de Segurança Secundária (ZSS), o alerta antecipado compete aos Serviços Municipais de Proteção Civil e Entes Federados, sendo estes responsáveis pelas ações de aviso, mobilização, treinamento e evacuação da população residente em áreas potencialmente afetadas, conforme Lei nº 12.608/2012, Lei nº 14.066/2020 e Decreto nº 8.572/2015.

Contudo, o § 6º do Art. 12º da Lei nº 14.066/2020, salienta que o empreendedor deverá estender os elementos de autoproteção existentes na ZAS aos locais habitados da ZSS nos quais os órgãos de proteção e defesa civil não possam atuar tempestivamente em caso de vazamento ou rompimento da barragem. Isso deve ser alinhado com as Defesa Civil e demais órgãos.

4.6.1 Defesa Civil

As atribuições de Defesa Civil (Estadual e Municipal) de acordo Lei 12.608/2012, artigos 5º, 7º e 8º são:

Art. 5º - São objetivos da PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil):

I - reduzir os riscos de desastres;

- II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
- III - recuperar as áreas afetadas por desastres;
- IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
- V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
- VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;
- VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
- VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;
- IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;
- X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;
- XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;
- XII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;
- XIII - desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre;
- XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e
- XV - integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.

Art. 7º - Compete aos Estados:

- I - executar a PNPDEC em seu âmbito territorial;
- II - coordenar as ações do SINPDEC em articulação com a União e os Municípios;
- III - instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, em articulação com a União e os Municípios;

V - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, em articulação com a União e os Municípios;

VI - apoiar a União, quando solicitado, no reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - declarar, quando for o caso, estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

VIII - apoiar, sempre que necessário, os Municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais.

Art. 8º - Compete aos Municípios:

I - executar a PNPDEC em âmbito local;

II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;

IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas; e

XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

5 SEÇÃO V – SÍNTESE DO ESTUDO DE INUNDAÇÃO

Para avaliar os danos provocados pela hipotética ruptura da PCH Jurupará ou por sua operação hidráulica extrema é necessário determinar as zonas que vão ficar inundadas a jusante.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo apresentar os mapas de inundação obtidos nas simulações computacionais realizadas da hipotética ruptura da barragem e, também, das situações de operação hidráulica extrema com o objetivo de delimitar o potencial impacto no vale a jusante da barragem, afetando a população, instalações, infraestruturas e meio ambiente.

Os mapas de inundação, que apresentam a área impactada (mancha de inundação) a jusante da PCH Jurupará, e a caracterização hidráulica da onda de ruptura são os principais resultados desse estudo, devendo ser utilizados como base para ações de planejamento e resposta a serem adotadas frente à ocorrência de um evento dessa natureza.

Faz-se importante mencionar que o estudo de ruptura hipotética está em fase de atualização, contemplando levantamentos topográficos adicionais, o que eventualmente poderá acarretar uma nova mancha de inundação e consequente alteração da ZAS. Caso tenha alteração, as ações de implantação da nova ZAS serão realizadas pelo empreendedor em conjunto com a defesa civil e demais entidades públicas pertinentes.

5.1 METODOLOGIA

O estudo de ruptura hipotética da barragem da PCH Jurupará foi desenvolvido mediante modelo hidrodinâmico bidimensional HEC-RAS 5.03 pela RHAMA (2017). O documento completo do Estudo de Ruptura Hipotética da barragem está apresentado no APÊNDICE 8 – ESTUDO DE RUPTURA DA BARRAGEM.

5.2 DADOS UTILIZADOS

O desenvolvimento do estudo de inundação foi baseado em dados hidrológicos, topográficos e estruturais da PCH Jurupará. O Quadro 8 resume os dados empregados no desenvolvimento do modelo numérico para ruptura hipotética da barragem em questão.

Quadro 8. Resumo de dados empregados no estudo de ruptura hipotética.

Tipo de base dados	Variável
Hidrológico	Vazão da cheia para tempo de recorrência de 100, 1.000 anos e CMP.
Dispositivos de descarga	Dimensões geométricas do vertedouro da PH Jurupará.
Arranjo da Barragem	Dimensões, cotas e posicionamento das estruturas associadas ao barramento e dispositivos de descarga da PCH Jurupará.
Base cartográfica	Modelo Digital de Superfície SRTM com resolução de 30 m.

5.3 CRITÉRIOS E CENÁRIOS DE ESTUDO

O “Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens” comenta que se deve optar por construir o menor número possível de cenários e para garantir uma adequada segurança associada aos diferentes tipos de barragem, o referido manual define dois tipos de cenários: o cenário de operação hidráulica extrema, que pode dar origem a descargas importantes, mas sem conduzir a ruptura, porém podendo colocar em risco pessoas e bens no vale a jusante, e o cenário de ruptura propriamente dita.

5.3.1 Cenário de Operação Hidráulica Extrema

Este cenário permite definir as zonas a jusante que, em consequência do funcionamento dos dispositivos de descarga, se encontram em situação de risco. Esta simulação pode também ser fundamental para quantificar com mais rigor os danos após a ocorrência de um acidente na barragem. Ou seja, à totalidade dos danos registrados nas áreas inundadas por causa da ruptura da barragem ou da tomada de água, dever-se-á subtrair aqueles que ocorreriam nas áreas inundadas pela cheia no rio “sem a existência da barragem” e portanto, sem o evento da ruptura da barragem.

A simulação dos hidrogramas de cheias na barragem da PCH Jurupará contemplou 3 cenários: cheia correspondente à 100 anos de tempo de recorrência, 1.000 anos de tempo de recorrência, e Cheia Máxima Provável (CMP). As vazões correspondentes à cada cenário são apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9. Vazões constantes para o cenário de operação hidráulica extrema sem ruptura

Vazões de referência (m³/s)	PCH Jurupará
TR=100 anos	72
TR=1000 anos	103
EMP	370

Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental Ltda, 2017.

5.3.2 Cenário de Ruptura

Visto que a finalidade do estudo de ruptura consiste na formação de insumos para a elaboração das ações de resposta a serem tomadas pelo empreendedor e pelas autoridades competentes, durante uma possível situação de alerta ou emergência na barragem, opta-se pela adoção de modos de ruptura conservadores, proporcionando vazões de ruptura mais elevadas e inundações que dificilmente serão extrapoladas para cada cenário hidrológico de cheia natural.

Para a confecção do PAE da PCH Jurupará, optou-se pela adoção do cenário de maior criticidade, sendo este o que apresenta menor tempo de resposta e o que possui capacidade de atingir o maior número de edificações e estruturas.

A barragem da PCH Jurupará foi rompida considerando a brecha de altura de 20,5 metros e largura de 68 metros, sendo formada em 0,1 hora.

5.4 CONDIÇÕES INICIAIS

As condições iniciais da simulação de hidrogramas de cheias dizem respeito principalmente à condição da calha do rio no início das simulações e à cota inicial dos reservatórios. Para os três eventos de cheias simulados, partiu-se da condição de seca nos cursos hídricos de jusante e cota dos reservatórios nos respectivos Níveis Máximo Maximorum (NMM). No Quadro 10 são apresentados estes valores em conjunto com a cota da crista para a PCH Jurupará.

Quadro 10. Condição inicial das simulações de cheia – PCH Jurupará.

Usina	Cota da crista (m)	NMM - Condição inicial (m)
Jurupará	625,5	625,5

Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental Ltda, 2017.

Para o cenário de ruptura da barragem da PCH Jurupará, a condição inicial adotada partiu dos resultados obtidos após estabilização total do modelo com as vazões constantes.

5.5 CONDIÇÕES DE CONTORNO

As condições de contorno adotadas para a simulação se referem especificamente às condições de contorno de jusante (CCJ) e às condições de contorno de montante (CCM).

O extremo de jusante do sistema simulado foi a foz do rio Juquiá, no seu encontro com o rio Ribeira de Iguape. Neste local, foi adotada como condição de contorno de jusante (CCJ) a profundidade normal, com declividade da linha de água de 0,0005 m/m. Essa CCJ é a mesma adotada durante as simulações dos cenários de não rompimento.

Como condição de contorno de montante (CCM) foram adotadas vazões constantes. Os valores das vazões constantes foram adotados de forma a resultar, em cada uma das barragens, em uma vazão inicial próxima da capacidade do vertedor, procurando representar uma situação extrema, em que o rompimento ocorre durante uma cheia extraordinária.

5.6 RESULTADOS

O mapa de inundação para o cenário de não rompimento da PCH Jurupará encontra-se apresentado no APÊNDICE 9, no documento G5-945-JUR-DE-PAE-0001.

Para o estudo de inundação ocorrido por eventos naturais de alto tempo de retorno na bacia do rio Juquiá, foi o estudo realizada pela RHAMA (2017) considerou todos os barramentos da bacia, e não só o da PCH Jurupará.

O estudo realizado mostrou que a mancha de inundação é muito parecida, em especial para os eventos de 100 e 1000 anos de tempo de recorrência. Observa-se também que cheias com 100 anos de tempo de recorrência já são suficientes para que ocorra inundação que tenha proporção suficiente para atingir residentes da zona de jusante da barragem de Jurupará, o que inclui a cidade de Juquiá.

Para o cenário de ruptura hipotética da barragem da PCH, o mapa de inundação consta apresentado também no APÊNDICE 9, no documento G5-945-JUR-DE-PAE-0002.

O hidrograma de ruptura representa a passagem completa, através da seção da brecha no barramento, do volume liberado do reservatório durante um evento de ruptura. A Figura 10 mostra que um hipotético rompimento da barragem, simulado com as características anteriormente apresentadas, teria potencial para gerar um pico de vazão da ordem de 9.000 m³/s. O deplecionamento total do reservatório acontece em torno de 5 horas após o início do rompimento.

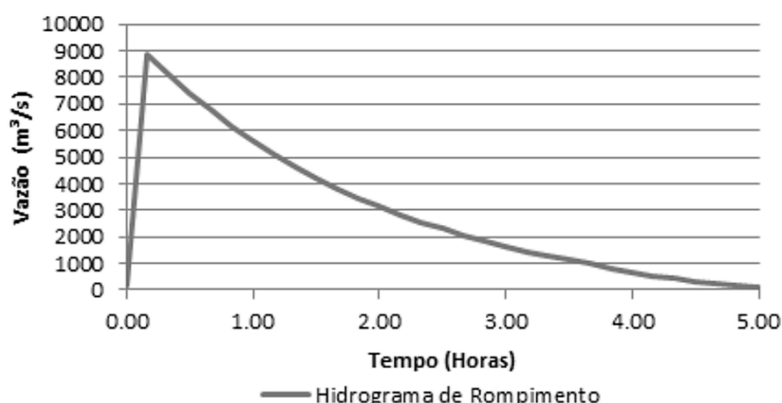


Figura 10. Hidrograma de rompimento da barragem – PCH Jurupará.

Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental Ltda, 2017.

O vale do rio Juquiá imediatamente a jusante da PCH Jurupará é praticamente desabitado. Os principais pontos de interesse são as outras barragens e usinas hidrelétricas da bacia, localizadas a jusante, e a cidade de Juquiá, que é o principal centro urbano do vale.

O primeiro ponto de interesse a jusante da barragem da PCH Jurupará é a própria casa de força da usina, localizada apenas 1 km a jusante da barragem.

Outros pontos de interesse são as barragens localizadas a jusante da barragem da PCH Jurupará: Barra, localizada 12,4 km a jusante da barragem da PCH Jurupará; Porto Raso (22,2 km); Alecrim (33 km) e Serraria (48 km). Finalmente, o rompimento da barragem da PCH Jurupará também pode causar impactos na cidade de Juquiá, maior centro urbano do vale do rio Juquiá a jusante da PCH Jurupará. A cidade de Juquiá está localizada cerca de 99 km a jusante da barragem.

O primeiro ponto de interesse atingido no vale a jusante da PCH Jurupará seria a casa de máquinas da própria PCH Jurupará, localizada cerca de 1 km a jusante da barragem. Neste local, a vazão máxima atingida seria de, aproximadamente, 8.000 m³/s, conforme ilustrado na Figura 11. A cota máxima neste local seria de, aproximadamente, 528 m, o que significa que a casa de máquinas ficaria totalmente submersa.

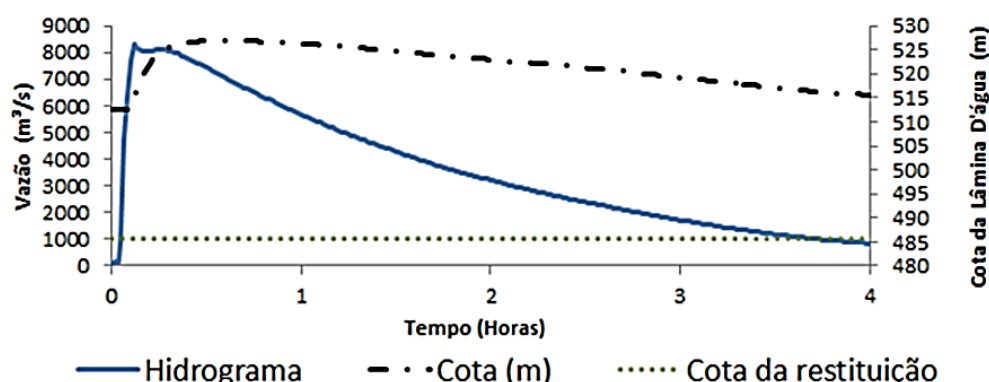


Figura 11. Hidrograma e cotagrama do rio Juquiá junto à casa de força da PCH Jurupará no caso de rompimento hipotético da barragem da PCH Jurupará.

Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental Ltda, 2017.

O segundo ponto de interesse atingido seria o reservatório e a barragem da UHE Barra, onde a vazão máxima defluente seria superior a 6.000 m³/s, conforme apresentado na Figura 12. O nível da água máximo seria aproximadamente 408,5 m, o que representaria um galgamento de 4 metros sobre a crista da barragem, que está na cota 404,50 m. O pico da cheia na barragem da UHE Barra ocorreria pouco menos de 2 horas após o início do rompimento da barragem da PCH Jurupará, mas o início da onda de cheia atingiria a barragem da UHE Barra em menos de 50 minutos. Durante cerca de 6 horas a barragem da UHE Barra sofreria galgamento.

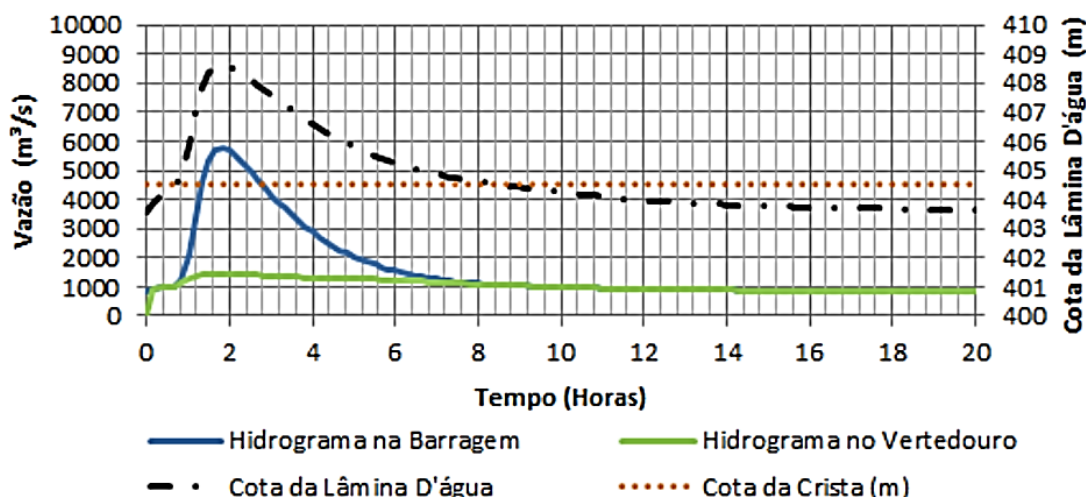


Figura 12. Hidrograma e cotograma do rio Juquiá, imediatamente a montante da barragem da UHE Barra, no caso de rompimento hipotético da barragem da PCH Jurupará.

Fonte: RHAMA Consultoria Ambiental Ltda, 2017.

A partir da UHE Barra, localizada a jusante da PCH Jurupará, as obras de interesse afetadas devem ser abordadas no PAE da UHE Barra. De toda forma, em um cenário hipotético em que a UHE Barra não rompa e a título de conhecimento, comenta-se na sequência pontos de interesse atingidos pelo hidrograma de ruptura da barragem da PCH Jurupará, a jusante da UHE Barra. Mais detalhes, podem ser encontrados no APÊNDICE 8 – ESTUDO DE RUPTURA DA BARRAGEM.

- O terceiro ponto de interesse a jusante seria a barragem da PCH Porto Raso. Neste local, a vazão máxima seria de, aproximadamente, 4.700 m³/s, com o pico ocorrendo quase 3 horas após o início do rompimento da barragem da PCH Jurupará. O nível da água máximo seria próximo a 313 m, o que representa um galgamento máximo de 5 metros em relação à cota da crista da barragem (308 m). O galgamento teria uma duração de 6,5 horas;
- O quarto ponto de interesse a jusante da barragem da PCH Jurupará é a barragem da UHE Alecrim. Neste local a vazão máxima seria de, aproximadamente, 4.000 m³/s, com o pico ocorrendo 4 horas após o início do rompimento da barragem da PCH Jurupará. O nível da água máximo seria superior a 243 m, o que representa um galgamento máximo de quase 4 metros em relação à cota da crista da barragem (239,5 m). O galgamento teria uma duração de 6 horas;
- O quinto ponto de interesse a jusante da barragem da PCH Jurupará é a barragem da PCH Serraria. Neste local a vazão máxima seria cerca de 3.500 m³/s, com o pico ocorrendo cerca de 6 horas após o início do rompimento da barragem da PCH Jurupará. O nível da água máximo no reservatório da PCH Serraria superaria 88 metros, o que

representaria um galgamento de, quase 3 metros em relação à cota da crista da barragem (85,5 m). A duração total do galgamento seria de 6 horas, aproximadamente.

- O último ponto de interesse a jusante da barragem da PCH Jurupará analisado aqui é a cidade de Juquiá, localizada cerca de 51,1 km a jusante da barragem da PCH Serraria, ou seja, cerca de 99 km a jusante da barragem da PCH Jurupará. Observa-se que a vazão máxima atingida é de aproximadamente 2.400 m³/s. Este valor é significativamente superior ao pico de uma cheia com tempo de retorno de 10.000 anos, mas é inferior ao pico da EMP neste local, que foi estimado em 3.457 m³/s. A vazão máxima em Juquiá ocorre cerca de 21 horas após o início do rompimento da barragem da PCH Jurupará, e o nível da água máximo ocorre cerca de 28 horas após o início do rompimento. Cerca de 8 horas são necessárias, desde o início do rompimento, para que a vazão e o nível da água do rio Juquiá comecem a subir.

5.7 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Considera-se área afetada aquela situada a jusante da barragem, potencialmente comprometida pela sua eventual ruptura. A área a jusante da PCH Jurupará é caracterizada pelo leito do Rio do Peixe a partir da barragem da PCH Jurupará até a UHE Barra localizada 12,4 km a jusante da barragem.

O levantamento das estruturas e pontos vulneráveis passíveis de serem afetados foi realizado a partir de imagens de satélite. Cabe lembrar que as imagens podem estar desatualizadas ou podem não permitir a identificação de moradias em locais isolados.

5.7.1 Zona de autossalvamento (ZAS)

De acordo com recomendações da Lei Federal nº 14.066 (2020) e ANEEL (2023), a Zona de Autossalvamento (ZAS) é definida como a região, imediatamente a jusante da barragem, em que se considera não haver tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em emergência. Sua extensão é definida pela menor das seguintes distâncias: 10 km ou a distância percorrida pela onda de inundação em trinta minutos.

Para a PCH Jurupará, a ZAS ficou definida como a totalidade da distância de 10 km a jusante da barragem.

Algumas restrições de acesso em momentos de crise podem ser descritas. Dentre elas, o acesso às localidades da área de inundação mediante as rodovias e estradas sujeitas à inundação. Estas deverão ser mapeadas pelos órgãos de Defesa Civil, para que, em momentos de crise, o isolamento e interdição das vias seja adequadamente planejado e executado.

5.7.2 Zona secundária de salvamento (ZSS)

De acordo a Lei 12.334/2020 e a Resolução ANEEL (2023), a Zona Secundária de Salvamento (ZSS) é o trecho constante do mapa de inundação não definido como ZAS. Para a PCHC Jurupará, foi considerada ZSS os 2,4 km de mancha de inundação desde o final da ZAS até a UHE Barra.

5.7.3 Indicação dos pontos de segurança

A comunicação com a população residente na Zona de Autossalvamento (ZAS) é de responsabilidade da Companhia Brasileira de Alumínio, conforme atribuições apresentadas na SEÇÃO IV – RESPONSABILIDADES GERAIS DO PAE, sendo definidas as seguintes providências:

- Realizar notificações e demais ações pertinentes, com o intuito de alertar a população potencialmente afetada em caso de ruptura da barragem; e
- Solicitar a população potencialmente afetada à evacuação da área com extrema urgência.

Imediatamente após notificação, a população presente na Zona de Autossalvamento deverá dirigir-se aos PONTOS DE ENCONTRO cujas coordenadas são apresentadas no Quadro 11.

A localização dos pontos de encontro e rotas de fuga foi disponibilizada pela Companhia Brasileira de Alumínio, através do Plano de Evacuação da PCH Jurupará.

Quadro 11. Localização dos Pontos de Encontro propostos na ZAS.

Pontos de Encontro	Coordenadas	
	Longitude	Latitude
PE JUR 1	47°23'26.97"O	23°57'55.38"S
PE JUR 2	47°23'26.01"O	23°58'20.93"S

As rotas de fuga e pontos de encontro da PCH Jurupará encontram-se implantados no vale a jusante. Complementarmente, a Figura 13 apresenta os modelos das placas de ROTAS DE FUGA e PONTOS DE ENCONTRO adotados.

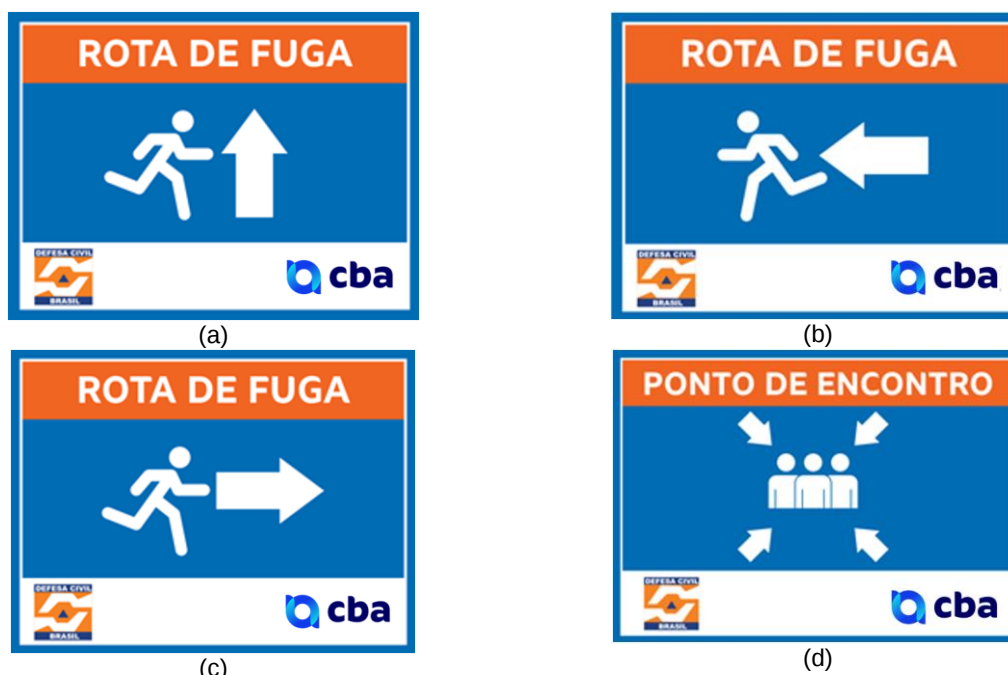


Figura 13. Placas de sinalização de rotas de fuga e pontos de encontro.

Legenda: (a) Placa de rota de fuga – Reta; (b) Placa de rota de fuga – Esquerda; (c) Placa de rota de fuga – Direita; (d) Placa de ponto de encontro.

5.7.4 Medidas para resgate de atingidos e mitigação de impactos

De acordo com a Lei 14.066/2020, a Companhia Brasileira de Alumínio deve, em conjunto com a Defesa Civil e demais entidades responsáveis, elaborar medidas para garantir o resgate de atingidos (pessoas e animais), minimizar os impactos ambientais, garantir o abastecimento público e resguardar o patrimônio cultural.

O registro das reuniões de articulação com o poder público consta no APÊNDICE 4 – PLANO DE ARTICULAÇÃO COM PODER PÚBLICO.

A ANEEL (2023) preconiza que o exercício prático de simulação de emergência deve ser realizado com a população da ZAS com frequência e organização definida conjuntamente com os órgãos de proteção e defesa civil, no que couber. A resolução também indica que a frequência para realização do exercício prático de simulação não deverá exceder 3 anos, salvo manifestação dos órgãos de proteção e defesa civil competentes. O plano e registro de treinamento do PAE estão apresentados no APÊNDICE 5 – PLANO E REGISTRO DE TREINAMENTO DO PAE.

Complementarmente, são dos objetivos da PNPDEC a prestação de socorro e assistência às populações atingidas por desastres, bem como a orientação das comunidades à adoção de comportamentos de prevenção e resposta, além da promoção da autoproteção.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Resolução Normativa Nº 1.064, de maio de 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens. Brasília: ANA, 2016. v. 3: Guia de Revisão Periódica de Segurança de Barragem.

FEMA. FEDERAL EMERGENCY MANAGEMENT AGENCY, Federal Guidelines for Inundation Mapping of Flood Risks Associated with Dam Incidents and Failures - FEMA P-946. 2013.

Lei Federal nº 12.334, de 20 de Setembro de 2010. Brasília, 2010. Política Nacional de Segurança de Barragens.

Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012. Brasília, 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

Lei Federal nº 14.066 de 30 de Setembro de 2020. Brasília, 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.

FRACTAL ENGENHARIA. CGH Votorantim – Estudo de Ruptura Hipotética. Outubro, 2022.

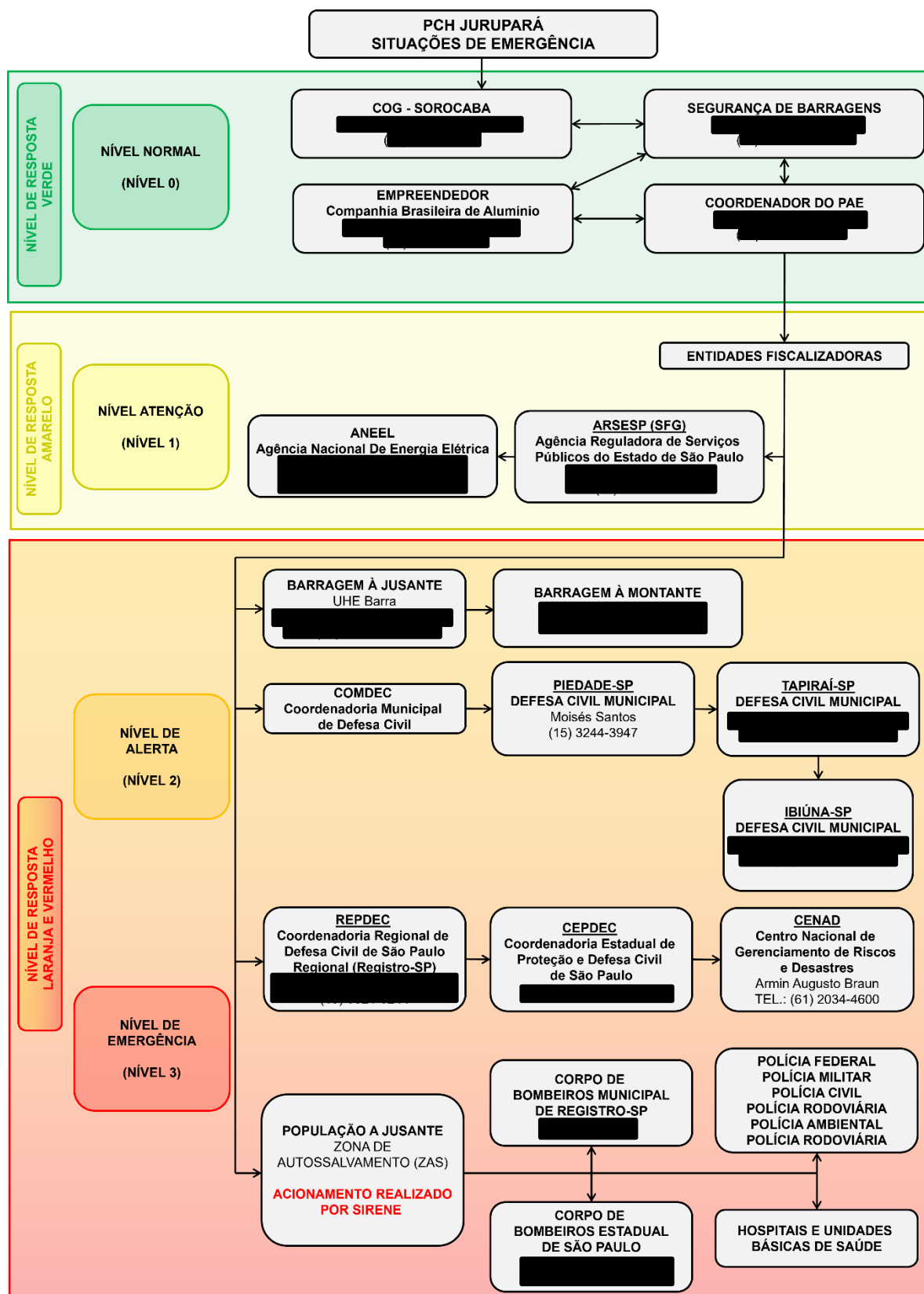
VLB ENGENHARIA. PCH JURUPARÁ - REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM - PRODUTO 4 - RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS HIDROLÓGICOS E AVALIAÇÃO DAS ESTRUTURAS EXTRAVASORAS. Documento nº CV1901-JUR-RP04-RT-0001 revisão 01. Abril de 2022.

VLB ENGENHARIA. PCH JURUPARÁ - REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM - PRODUTO 8 - REVISÃO DO MANUAL OPERAÇÃO. Documento nº CV1901-JUR-RP14-RT-0001 revisão 01. Abril de 2022.

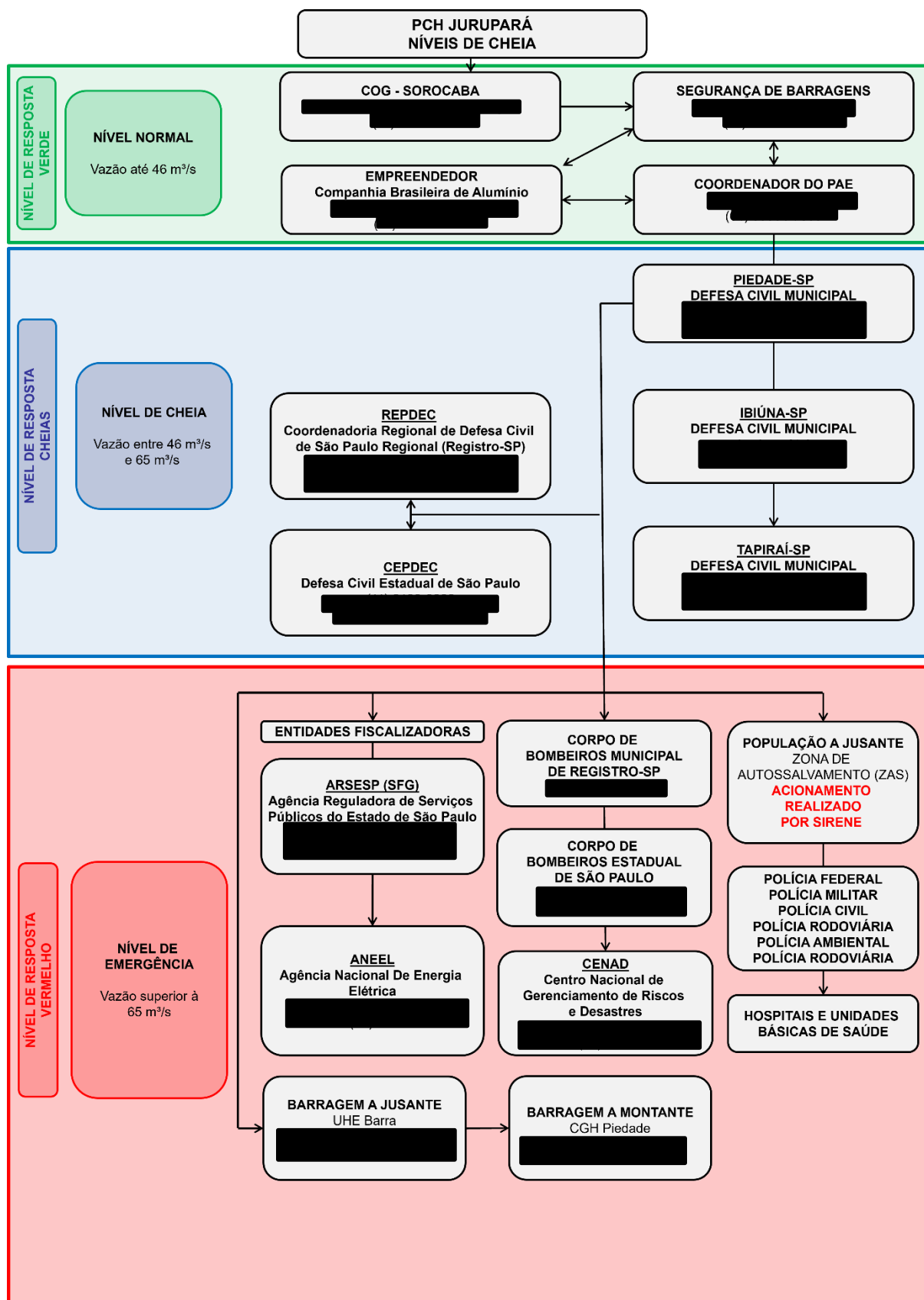
VLB ENGENHARIA. PCH JURUPARÁ - REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM - PRODUTO 10 - REVISÃO DO MANUAL DE INSTRUMENTAÇÃO DA BARRAGEM. Documento nº CV1901-JUR-RP09-RT-0001 revisão 0. Dezembro de 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE SEGURANÇA



APÊNDICE 2 – FLUXOGRAMA DE NOTIFICAÇÃO PARA OS NÍVEIS DE CHEIA



APÊNDICE 3 – CONTATOS INTERNOS E EXTERNOS

Quadro 12. Lista de Contatos – PCH Jurupará

PCH Jurupará	Empreendedor Companhia Brasileira de Alumínio		
	Gerente de Segurança de Barragens		
	Coordenador do PAE		
	Coordenador Suplente do PAE		
	Gerente COG – Centro de Operação da Geração		
Barragem Montante	CGH Piedade		
Barragem Jusante	UHE Barra Gerente usina		
Entidade Fiscalizadora	ARSESP (SFG) Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo		
	ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica		
Autoridades e Sistemas de Defesa Civil	CENAD Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres		
	CEPDEC Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo		
	REPDEC Coordenadoria Regional de Defesa Civil de São Paulo Regional (Registro-SP)		
	COMDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Piedade		
	COMDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Tapiraí		

Defesa Civil	COMDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ibiúna		
Prefeituras	Prefeitura Municipal de Piedade		
	Prefeitura Municipal de Tapiraí-SP		
	Prefeitura Municipal de Ibiúna-SP		
Outras agências	INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais		
	CEMADEN Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais		
	INMET Instituto Nacional de Meteorologia		

* Não foi possível confirmar os contatos indicados.

** Caso os números estejam sem sinal, contatar via WhatsApp.

Quadro 13. Telefones dos Corpos de Bombeiros e Polícias.

Descrição	Município	Contato
Corpo de Bombeiros	Estadual de São Paulo	
	Registro	
Polícia Militar	Piedade	
	Tapiraí	
	Ibiúna	
	Miracatu	
	Registro	
Polícia Civil	Piedade	
	Tapiraí	
	Ibiúna	
	Miracatu	
	Registro	
Polícia Florestal ou Ambiental	Miracatu*	
	Registro	
	Estadual de São Paulo	
Rodoviária Federal	Registro	

* Não foi possível confirmar os contatos indicados.

Quadro 14. Telefones de Hospitais e Postos de Saúde.

Descrição	Município	Nome	Telefone
Hospital	Piedade		
	Tapiraí		
	Ibiúna		
	Registro		
Posto de Saúde	Piedade		
	Tapiraí		
	Miracatu		
	Registro		

* Não foi possível confirmar os contatos indicados.

Quadro 15. Fornecedores de materiais mobilizáveis em situações de Emergência.

Descrição	Município	Nome	Telefone
Prestadores de Serviço	Piedade		
	Tapiraí		
	Miracatu		
	Registro		

* Não foi possível confirmar os contatos indicados.

APÊNDICE 4 – PLANO DE ARTICULAÇÃO COM PODER PÚBLICO

O Quadro 16 apresenta um modelo de registro para as reuniões de articulação com o poder público.

Quadro 16. Modelo de registro de reuniões do plano de articulação.

Data	Local	Natureza	Assunto	Entidades participantes
set/22	Online	Reunião de Trabalho	Atualização do Status do PAE e Planejamento do Cadastro Populacional	CBA / Defesa Civil Votorantim / Defesa Civil Sorocaba / Defesa Civil Regional SP

APÊNDICE 5 – PLANO E REGISTRO DE TREINAMENTO DO PAE

A ANA (2016) recomenda a realização e periodicidade dos seguintes testes e exercícios:

Tipo	Periodicidade (conforme ANA 2016 e ANEEL 2023)
Treinamento Interno do PAE	Sempre que houver revisão.
Exercício de simulação	O exercício prático de simulação de situação de emergência deve ser realizado com a população da ZAS com frequência e organização definida conjuntamente com os órgãos de proteção e defesa civil, no que couber; A frequência para realização do exercício prático de simulação de que trata não deverá exceder 3 anos, salvo manifestação dos órgãos de proteção e defesa civil competentes.

Fonte: adaptado de ANA (2016) e ANEEL (2023)

TESTE DOS SISTEMAS DE NOTIFICAÇÃO E ALERTA

O objetivo do teste dos sistemas de notificação e alerta é essencialmente confirmar os números de telefone e verificar a operacionalidade dos meios de comunicação, bem como a funcionalidade do fluxograma de notificação. Deverá haver a participação dos recursos humanos da barragem e do Empreendedor. O teste deve reger-se pelos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Testar o sistema de notificação e em particular: testar os nºs de telefone;
- ✓ Determinar a capacidade de estabelecer e manter as comunicações durante a emergência;
- ✓ Verificar a capacidade do Coordenador do PAE de mobilizar e ativar a equipe operacional e os meios de resposta à emergência;
- ✓ Testar a operacionalidade dos meios de alerta e verificar a capacidade de notificar rapidamente a população na ZAS.

O Teste dos Sistemas de Notificação e Alerta deve ser planejado e executado, contando com a participação dos colaboradores da PCH Jurupará e Companhia Brasileira de Alumínio.

EXERCÍCIOS DE NÍVEL INTERNO

O objetivo de um exercício de nível interno é testar o sistema de resposta no nível da barragem e avaliar a eficácia dos procedimentos de resposta definidos no PAE. Este exercício serve para verificação e correção da capacidade operacional de resposta e coordenação de ações de acordo com o estabelecido nos planos, nomeadamente, as comunicações e a identificação de competências e de capacidade de mobilização.

Nesta linha, os treinamentos internos são focados no público interno das instalações (colaboradores da PCH Jurupará), nas respostas imediatas, no processo interno de tomada

de decisão e na detecção de falhas no Plano de Ação de Emergência, com especial atenção aos pontos como comunicações, recursos humanos e materiais.

O exercício deve reger-se pelos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Testar a resposta a nível interno:
 - Avaliar o nível de conhecimento da equipe operacional relativamente ao PAE;
 - Testar a operacionalidade dos órgãos extravasores da barragem;
 - Determinar a eficácia dos procedimentos internos e, nomeadamente, das medidas operativas e corretivas que constam do PAE;
 - Avaliar a adequação das instalações, equipamento e outros materiais para suportar o cenário de emergência em exercício (ou seja, da emergência);
 - Determinar o nível de cooperação e coordenação entre o Empreendedor e a Entidade Fiscalizadora na resposta à emergência;
 - Determinar a capacidade para estabelecer e manter as comunicações durante a emergência.
- ✓ Testar o sistema de alerta:
 - Testar a eficácia do sistema de informação ao público e de disseminação de mensagens, nomeadamente em providenciar informação oficial e instruções à população da ZAS para facilitar uma resposta tempestiva e apropriada durante uma emergência.

Estes exercícios têm o propósito de proporcionar a análise de uma situação de emergência num ambiente informal. Os moderadores que coordenam o exercício têm como missão liderar a discussão, ajudando os participantes a não saírem do objetivo do exercício. Tipicamente o exercício começa com a descrição do evento a simular e prossegue com debates pelos participantes para avaliar o PAE e os procedimentos de resposta e para resolver as preocupações relativas à coordenação e responsabilidades.

Neste nível não há utilização de equipamentos ou instalação de recursos, portanto, todas as atividades são simuladas, e os participantes interagem através do diálogo. A narrativa estabelece o cenário para a simulação do evento. Ela descreve brevemente o que aconteceu e o que é conhecido até ao momento do exercício. Este exercício deve proporcionar aos participantes a recepção de mensagens como um estímulo para a possibilidade de respostas dinâmicas. A vantagem deste tipo de exercício traduz-se no investimento que não é significativo em termos de tempo, custo e recursos. Ele oferece um método eficaz de revisão dos planos, procedimentos de execução e políticas e serve como um instrumento de formação para o pessoal-chave com responsabilidades numa eventual

emergência. Um exercício deste tipo serve também para familiarizar os técnicos do Empreendedor com outros técnicos e agentes de defesa civil.

Exemplos deste tipo de treinamentos internos:

- Seminários;
- Workshops;
- Exercícios de mesa (tabletop exercises);
- Jogos;
- Drill;
- Exercícios funcionais;
- Exercícios completos.

EXERCÍCIO DE SIMULAÇÃO

De acordo com o § 5º do Art. 12º da Lei nº 14.066/2020, o empreendedor deverá, juntamente com os órgãos locais de proteção e defesa civil, realizar, em periodicidade a ser definida conjuntamente com os órgãos de proteção e defesa civil não excedendo 3 anos conforme preconiza a ANEEL (2023), exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da ZAS.

Este tipo de exercício simula um evento real, com o intuito de avaliar a capacidade operacional do Sistema de Gestão de Emergências constante no PAE da PCH Jurupará.

Estes exercícios devem contar com a participação dos colaboradores da PCH Jurupará, da Companhia Brasileira de Alumínio, da população residente na ZAS, das Entidades Fiscalizadoras e das Coordenadorias Municipais e Estaduais da Defesa Civil de São Paulo.

De acordo com ANA (2016), este exercício deve ser da responsabilidade dos serviços de defesa civil, sendo esperado que neste nível haja efetiva colaboração de meios e recursos do Empreendedor e da Entidade Fiscalizadora

Para auxiliar o realismo, este tipo de exercício requer a mobilização efetiva de meios e recursos através de:

- Ações e decisões no terreno;
- Evacuação de pessoas e bens;
- Emprego de meios de comunicação;
- Mobilização de Equipamento;
- Colocação real de pessoal e recursos.

Recomenda-se que as simulações devem ser sempre registradas e arquivadas para histórico, indicando a data de sua realização, a listagem dos participantes e os resultados alcançados.

O exercício de simulação foi realizado pela PCH Jurupará em agosto de 2021.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Previamente ao simulado, sabendo que a informação representa uma das principais ações de mitigação de risco, devem ser previstas ações de sensibilização, educação e treinamento à população residente nos municípios potencialmente afetados.

Isto é válido, em especial nos municípios constantes na Zona de Autossalvamento (ZAS), onde o tempo de atuação do Sistema de Proteção e Defesa Civil é reduzido. Desta forma, a população residente deve ter pleno conhecimento das principais rotas de fuga e pontos de encontro aos quais deverão se dirigir em situações anômalas.

Na preparação das ações de sensibilização, educação e treinamento, deve-se atentar para o nível cultural e educacional dos indivíduos em risco, uma vez que estas características nortearão as ações adotadas. Por exemplo, em regiões onde o nível de escolaridade for muito baixo, aconselha-se investir em linguagem visual, audiovisual e no contato direto com a população, evitando o uso de comunicação escrita.

As ações de sensibilização são concretizadas através de dois tipos de ações principais:

- Sensibilização da população, promovendo sessões de esclarecimento e divulgando informação relativa ao risco de habitar em vales a jusante de barragens e à existência de planos de emergência (sob a forma de folhetos, cartazes, brochuras);
- Educação e treino da população, para fazer face à eventualidade de uma cheia induzida, promovendo programas de informação pública em sentido estrito, relativos ao zoneamento de risco, à codificação dos significados das mensagens e às regras de evacuação das populações.

Sendo assim, compete à Companhia Brasileira de Alumínio, em conjunto com a Defesa Civil, o planejamento e implantação de práticas educativas, com o objetivo de disseminar informações, constantes no Plano de Ação de Emergência (PAE) da PCH Jurupará, pertinentes à população em risco, tais como:

- As entidades responsáveis pela notificação das situações de emergência e os agentes encarregados de fornecer auxílio à população;

- Os diferentes tipos de alerta antecipado e seus significados. No caso de sirenes, por exemplo, deve ser divulgado os diferentes tipos de sinais, para que a população tome familiaridade com os mesmos, otimizando as ações de resposta;
- As ações constantes no Plano de Evacuação:
 - Limites do perímetro de inundação;
 - Rotas de fuga;
 - Ponto de encontro e/ou o local de refúgio;
 - Acessos ao local de refúgio.
- Momento em que é permitido aos desalojados regressarem às áreas afetadas após o período crítico do desastre.

Tais informações são extremamente importantes principalmente para os indivíduos residentes na ZAS, dos quais, em situação de emergência e dada a escassez de tempo que a situação pode conferir, se exigem grandes níveis de autonomia (nomeadamente, através do autossalvamento).

APÊNDICE 6 – ENTIDADES COM CÓPIA DO PAE

Quadro 17. Entidades que receberam uma cópia do PAE.

001	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Defesa Civil Municipal de Ibiúna/SP Protocolo: VE 358.21	Data: 29/11/2021
002	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Defesa Civil Municipal de Piedade/SP Protocolo: VE 375.21	Data: 26/11/2021
003	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Prefeitura Municipal de Tapiraí/SP Protocolo: VE 392.21	Data: 29/11/2021
004	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Prefeitura Municipal de Miracatu/SP Protocolo:	Data: 21/11/2022
005	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Prefeitura Municipal de Piedade/SP Protocolo:	Data: 21/11/2022
006	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Prefeitura Municipal de Registro/SP Protocolo:	Data: 21/11/2022
007	Nome: [REDACTED] Empresa/Instituição: Prefeitura Municipal de Tapiraí/SP Protocolo:	Data: 21/11/2022
008	Nome: Empresa/Instituição: Protocolo:	Data:

APÊNDICE 7 – FORMULÁRIOS-TIPO

Quadro 18. Formulário de declaração de mudança de nível.



Companhia
Brasileira de
Alumínio

DECLARAÇÃO DE NÍVEL DE XXX

Por meio desta declaração, resultado da aplicação do Plano de Ações Emergenciais (ou Emergência) (PAE), informamos q a Barragem da UHE entrou no Nível XXX

Esta é uma mensagem de **DECLARAÇÃO DO NÍVEL DE XX**, feita por XX, Coordenador do Plano de Ação de Emergência da Barragem da XX, às XX horas, do dia XX/XX/XXXX.

A causa da declaração se dá por: XX (descrever motivo).

Esta mensagem está sendo enviada simultaneamente à XX (conforme fluxogramas de acionamento).

As ocorrências demandam que sejam aplicadas as ações constantes do Plano de Ação de Emergência (PAE) da Barragem XX.

Favor acusar o recebimento desta comunicação à XX, pelo número de telefone XX, e através dos e-mails [XX](#) e [\[REDACTED\]](#).

A CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, os manterá atualizados da situação em caso de mudança do Nível de Segurança, caso ela se resolva ou evolua de nível.

Para outras informações, contate [\[REDACTED\]](#)

Os responsáveis e os números de telefone estão disponíveis no Plano de Ação Emergência (PAE) da Barragem XX.

Cidade, (dia) de (mês) de (ano).

XX
Coordenador do PAE
CPF XX

Quadro 19. Formulário de declaração de encerramento.



Companhia
Brasileira de
Alumínio

DECLARAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE SITUAÇÃO

NÍVEL: XX

EMPREENDEDOR: Companhia Brasileira de Alumínio

BARRAGENS: XX

Eu, XX, na condição de Coordenador do Plano de Ação de Emergência (PAE) da Barragem da XX, e no uso das atribuições e responsabilidades que me foram delegadas, efetuo o registro da **DECLARAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE SITUAÇÃO**, voltando para a **Situação de Nível Normal**, a partir do dia XX/XX/XXXX, em função XX (descrever motivo).

Para quaisquer esclarecimentos, favor contatar XX, pelo número de telefone XX, e através dos e-mails [REDACTED]

Cidade, ____ de ____ de XXXX.

XX
Coordenador do PAE
CPF XX

APÊNDICE 8 – ESTUDO DE RUPTURA DA BARRAGEM

O Memória de Cálculo do Estudo de Ruptura Hipotética da PCH Jurupará, realizado pela RHAMA em 2017 encontra-se disponível na Figura 14.

Figura 14. Estudo de Ruptura Hipotética.

Código	Arquivo
ESTUDOS DE ROMPIMENTO DE BARRAGEM DA PCH JURUPARÁ / SP	

APÊNDICE 9 – MAPAS DE INUNDAÇÃO

Os mapas de inundação, produtos do estudo de ruptura hipotética da barragem da PCH Jurupará, encontram-se dispostos na Figura 15.

Figura 15. Mapas de Inundação.

Título	Arquivo
MAPA DE INUNDAÇÃO PARA TR 100 ANOS, TR 10.000 ANOS E CMP SEM RUPTURA	G5-945-JUR-DE-PAE-0001
MAPA DE INUNDAÇÃO CENÁRIO COM RUPTURA, ZONA DE AUTOSSALVAMENTO (ZAS) E ZONA DE SALVAMENTO SECUNDÁRIO (ZSS)	G5-945-JUR-DE-PAE-0002

APÊNDICE 10 – GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

CONFORME ANEEL (2023)

Barragem: qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água, em talvegue ou em cava exaurida com dique, para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;

Barragens fiscalizadas pela ANEEL: barragens objeto de concessão, autorização ou registro de uso de potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;

Reservatório: acúmulo artificial de água decorrente da construção da barragem;

Anomalia: deficiência, irregularidade, anormalidade ou deformação que possa ou não vir a afetar a segurança da barragem;

Empreendedor: pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente;

Zona de autossalvamento – ZAS: trecho do vale a jusante da barragem no qual não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência, conforme mapa de inundação;

Zona de segurança secundária – ZSS: trecho constante do mapa de inundação não definido como ZAS;

Mapa de inundação: produto do estudo de inundação que compreende a delimitação geográfica georreferenciada das áreas potencialmente afetadas por eventual vazamento ou ruptura da barragem e seus possíveis cenários associados e que objetiva facilitar a notificação eficiente e a evacuação de áreas afetadas por essa situação;

Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB: registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional;

Acidente: comprometimento da integridade estrutural com liberação incontrollável do conteúdo do reservatório, ocasionado pelo colapso parcial ou total da barragem ou de estrutura anexa;

Incidente: ocorrência que afeta o comportamento da barragem ou de estrutura anexa que, se não controlada, pode causar um acidente;

Desastre: resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis, que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;

Valor de referência da instrumentação: valor de controle da instrumentação que permite sua comparação com os valores medidos, visando possibilitar a identificação de potenciais anomalias de comportamento;

Dano potencial associado à barragem: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais;

Categoria de risco: classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre;

Contingência: evento circunstancial e temporário que possa trazer risco à Segurança da Barragem.

APÊNDICE 11 – CONTROLE DE REVISÕES

Quadro 20. Controle de Revisões do PAE.

CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO																	
Título do documento: Relatório Técnico – Plano de Ação de Emergência																	
Código do documento: 945-JUR-RT-PAE																	
INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO:																	
A Revisão A marca o número total de páginas do documento.																	
Revisão 0 e subsequentes:																	
- Sem repaginação: Marcar somente a folha que sofreu alteração de conteúdo.																	
- Com repaginação: Marcar a folha que sofreu alteração de conteúdo e todas posteriores a esta.																	
Rev. Pag.	0A	00	01	02	03	04	05	06	Rev. Pag.	0A	00	01	02	03	04	05	06
1	x	x	x			x			2	x	x	x			x		
3	x	x	x			x			4	x	x	x			x		
5	x	x	x			x			6	x	x	x			x		
7	x	x	x			x			8	x	x	x			x		
9	x	x	x			x			10	x	x	x			x		
11	x	x	x			x			12	x	x	x			x		
13	x	x	x			x			14	x	x	x			x		
15	x	x	x			x			16	x	x	x			x		
17	x	x	x			x			18	x	x	x			x		
19	x	x	x			x			20	x	x	x			x		
21	x	x	x			x			22	x	x	x			x		
23	x	x	x			x			24	x	x	x			x		
25	x	x	x			x			26	x	x	x			x		
27	x	x	x			x			28	x	x	x			x		
29	x	x	x			x			30	x	x	x			x		
31	x	x	x			x			32	x	x	x			x		
33	x	x	x			x			34	x	x	x			x		
35	x	x	x			x			36	x	x	x			x		
37	x	x	x			x			38	x	x	x			x		
39	x	x	x			x			40	x	x	x			x		
41	x	x	x			x			42	x	x	x			x		
43	x	x	x			x			44	x	x	x			x		
45	x	x	x			x			46	x	x	x			x		
47	x	x	x			x			48	x	x	x			x		
49	x	x	x			x			50	x	x	x			x		
51	x	x	x			x			52	x	x	x			x		
53	x	x	x			x			54	x	x	x			x		
55	x	x	x			x			56	x	x	x			x		
57	x	x	x			x			58	x	x	x			x		
59	x	x	x			x			60	x	x	x			x		
61	x	x	x			x			62	x	x	x			x		
63	x	x	x			x			64	x	x	x			x		
65	x	x	x			x			66	x	x	x			x		
67	x	x	x			x			68	x	x	x			x		
69	x	x	x			x			70	x	x	x			x		
71	x	x	x			x			72	x	x	x			x		
73	x	x	x			x			74	x	x	x			x		
75	x	x	x			x			76	x	x	x			x		

77	x	x	x			x			78	x	x	x			x		
79	x	x	x			x			80	x	x	x			x		
81	x	x	x			x			82	x	x	x					
83	x	x	x						84	x	x	x					
85	x	x	x						86	x	x	x					
87	x	x	x						88	x	x	x					
89	x	x	x						90	x	x	x					
91	x	x	x						92	x	x	x					
93	x	x	x						94	x	x	x					
95	x	x	x						96	x	x	x					
97	x	x	x						98	x	x	x					
99	x	x	x						100	x	x						
101	x	x							102	x	x						
103	x	x							104	x	x						
105	x	x							106	x	x						
107	x	x							108	x							
109	x								110	x							
111	x								112								

APÊNDICE 12 – ART DOS RESPONSÁVEIS

Responsável	Arquivo
████████████████████	
████████████████████	